



Práticas escravistas e abolição no Rio Grande do Sul e em outros ensaios: história & memória

**FRANCISCO DAS NEVES ALVES
LUCIANA COUTINHO GEPIAK**

91



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt
Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



**Práticas escravistas e
abolição no Rio
Grande do Sul e em
outros ensaios: história
& memória**



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves
Luciana Coutinho Gepiak

Práticas escravistas e abolição no Rio Grande do Sul e em outros ensaio: história & memória



UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2024

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Práticas escravistas e abolição no Rio Grande do Sul e em outros ensaios: história & memória
- Autores: Francisco das Neves Alves e Luciana Coutinho Gepiak
- Coleção Rio-Grandense, 91
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Novembro de 2024

ISBN – 978-65-5306-013-5

CAPA: Ao contrário da pretensão dos ex-proprietários de escravos de serem ressarcidos, o periódico ilustrado-humorístico gaúcho *A Ventarola* idealizava a perspectiva pela qual eram os libertos que deveriam exigir indenização, por terem lhes roubado a liberdade e enriquecido às custas de sua força de trabalho. *A VENTAROLA*. Pelotas, 3 jun. 1888.

SUMÁRIO

Perspectivas da abolição da escravatura: do macrocosmo latino-americano ao microcosmo rio-grandino / 11

Francisco das Neves Alves

Permanências de relações escravistas no pós-abolição a partir das representações imagéticas da caricatura gaúcha (1888-1889) / 47

Francisco das Neves Alves

Reminiscências da escravidão no livro *Becos da memória*, de Conceição Evaristo / 71

Luciana Coutinho Gepiak

Perspectivas da abolição da escravatura: do macrocosmo latino-americano ao microcosmo rio-grandino

Francisco das Neves Alves*

A escravidão acompanhou a formação histórica do continente americano desde a sua inserção no contexto geopolítico europeu, a partir da expansão marítimo-comercial e da consolidação de um sistema colonial. De norte a sul a América conviveu largamente com a presença dos escravos que constituíram fator motor produtivo em grande parte dos impérios coloniais que nela se formavam e estenderam-se por aproximadamente três centúrias. Somente no século XIX iniciaram-se as medidas mais efetivas para a extinção da

* Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

escravatura, em um processo lento e gradual que se estendeu por significativa parte dos Oitocentos, até que houvesse a obtenção definitiva da abolição. Este estudo visa a abordar tal conjuntura abolicionista no âmbito latino-americano, realizando também breve estudo de caso acerca de uma localidade no sul do Brasil¹.

A abolição da escravidão negra na América Latina: desenvolvimento, modalidades e heranças

A presença do negro na América deu-se ainda durante os empreendimentos dos primeiros exploradores europeus e tal contingente se afirmaria como força de trabalho nas regiões onde o elemento indígena não se adaptou à estrutura laboral dos colonizadores, nos lugares em que este pereceu em larga escala e/ou ocorreu uma maior resistência por parte do mesmo. Desse modo, a escravidão negra transformou-se em prática fundamental para as estruturas organizacionais das colônias e, com variações regionais, em verdadeira instituição nas Américas portuguesa, espanhola, inglesa, francesa ou holandesa.

A evolução da atividade açucareira, notadamente na América do Sul e no Caribe, promoveu um influxo no

¹ Texto adaptado a partir dos ensaios apresentados em MOREIRA, Earle Diniz Macarthy (coord.). *Aspectos da escravidão na América Espanhola*. Porto Alegre: Associação dos Pós-Graduandos em História da PUCRS, 1995. p. 27-41 e 95-104.

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

tráfico negreiro gerado a partir de uma carência crescente de mão-de-obra levando a uma proliferação da população negra americana. Essa situação só viria a ter um lento processo de reversão a partir do final do século XVIII, com a afirmação de ideais abolicionistas e do avanço do capitalismo industrial representado pela hegemonia britânica, quando a busca por ampliação de mercados levaria, ao longo do século XIX e em diferentes períodos para cada região, à supressão do tráfico e finalmente à abolição da escravatura.

O processo abolicionista latino-americano desenvolveu-se em diferentes etapas e modalidades que, de modo geral, podem ser caracterizadas como a abolição através de uma revolução – o caso haitiano; a abolição associada à formação do Estado Nacional – incluindo-se aí boa parte da América Espanhola; a abolição via metropolitana – a exemplo da zona caribenha; e as abolições tardias – nas regiões onde mais encravada estava a escravidão, caso de Porto Rico, Cuba e Brasil. Em cada caso, apesar da extinção oficial da escravatura, ocorreram níveis variáveis de permanência das práticas escravistas, bem como se originou uma série de heranças que marcariam a formação histórica da América Latina.

Abolição e revolução

A abolição da escravatura haitiana deu-se de forma *sui generis* em relação ao restante do contexto latino-americano, originando-se a partir de uma série de rebeliões de fundo social que levariam, por sua vez, à formação de um Estado Nacional. Ao lado dos fatores

políticos que propiciaram a revolução haitiana, somaram-se as disparidades sociais inerentes à sua formação histórica, as quais refletiam as diversidades inter-raciais presentes na região².

As divergências raciais e sociais tornaram-se ainda mais evidentes durante a eclosão da Revolução Francesa. Os rumos dos acontecimentos na metrópole determinavam diferentes reações na colônia. A princípio, as elites coloniais passaram a armar um movimento em direção a uma maior autonomia local; já os outros segmentos sociais, em busca de uma possível ascensão social, tomaram outros caminhos. Os mulatos ricos rebelaram-se em 1790, em apoio a Paris, de acordo com suas esperanças de igualdade sócio-política a partir

² Esteban Deive destaca as “contradições” da sociedade haitiana, assim caracterizando sua formação: “os brancos, divididos por sua vez em ‘grandes brancos’ e ‘pequenos brancos’, que entravam em contradição com os libertos ou *affranchis*, mulatos proprietários de plantações e outras unidades produtivas, ricos e ilustrados” com “os mesmos direitos, privilégios e imunidades que os brancos, porém, objeto, na realidade, de desprezo e discriminações, pois lhes estava proibido ocupar cargos na administração pública ou exercer determinadas profissões. Brancos e mulatos, por sua vez, estavam em contradição com os escravos negros por razões óbvias, e o mesmo ocorria entre os ‘grandes brancos’ e os ‘pequenos brancos’ (...), invejosos estes da opulência e prazeres daqueles, bem como da prosperidade dos mulatos”. DEIVE, Carlos Esteban. La abolición de la esclavitud en Santo Domingo. In: SOLANO, Francisco de & GUIMERÁ, Agustín (coords.). *Esclavitud y derechos humanos: la lucha por la libertad del negro en el siglo XIX*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1986. p. 323.

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

da Assembleia Constituinte Francesa. Em agosto de 1791, iniciava-se a revolta dos escravos que, com os girondinos no poder, promoveram a guerra contra a França; porém, com os jacobinos dominando a Convenção e obtendo a abolição, os escravos passaram a apoiar a República Francesa. A partir da virada do século, foram dados os primeiros passos em direção à organização do Estado Haitiano, no qual a situação social dos ex-escravos não teria grandes alterações, pois, “dirigidos pelos novos chefes militares, foram forçados a voltar para as fazendas, nas quais suas condições de trabalho não eram muito melhores do que na época da escravidão”, na qual “o produto seria dividido entre os trabalhadores (25%), o governo (25%) e os proprietários (50%)”³.

Já em 1802, a França tentou recolonizar o Haiti, atitude repelida pelos haitianos que venceram graças a um abrandamento nas divergências inter-raciais. Desse modo, em 1804, a abolição era reconfirmada com a conquista da independência de um país arrasado pela guerra. Os governos ditatoriais que marcaram os primeiros anos da vida política haitiana, na busca de manter a produção nas fazendas, estabeleceram um verdadeiro “código draconiano de trabalho” forçado, pouco diferente da escravidão, pois “o açoite ainda era empregado como castigo e nenhuma atitude foi tomada para assegurar a educação e a participação política dos

³ CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História econômica da América Latina*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 149.

libertos”, resultando na “completa alienação das massas negras”⁴.

Assim, apesar de conquistada pelos negros, a abolição haitiana não significou a sua incorporação à sociedade, já que, mesmo com os libertos vencendo sua luta pela terra, o resultado constituiu uma “vitória de Pirro”, pois as mesmas acabariam sendo “divididas e subdivididas”, além do que “a história do Haiti do resto do século foi uma saga melancólica marcada pela instabilidade política e estagnação econômica”, pela qual “o campesinato permaneceu analfabeto, pobre e destituído de poder político”⁵.

Abolição e independência

A partir do processo de independência e formação dos Estados Nacionais na maior parte das antigas colônias espanholas, a questão da abolição da escravidão se tornou um importante componente no discurso pró-libertação nacional. Assim, os líderes do processo independentista pretendiam angariar o apoio das *castas* – os setores da população formados por negros, índios e mestiços – em favor da luta emancipacionista, ao mesmo tempo em que a supressão do tráfico representava um elemento de barganha em prol do reconhecimento inglês às novas nações.

Tal espírito abolicionista, no entanto, uma vez estabelecidas as independências, na maioria dos casos,

⁴ FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 29.

⁵ FONER. p. 30.

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

cairia por terra, pois “a efetividade desses objetivos se veria na prática violentada pelas necessidades locais” e, passada a luta, “os temores e a retórica revolucionários se assentaram” a partir de “atitudes diversas, que responderam às necessidades reais que em cada lugar representava a importação da mão-de-obra negra” ou ainda, “às tensões raciais derivadas do maior ou menor número de população negra e a sua eventual utilização na luta pela independência”⁶.

As próprias lideranças libertadoras tinham uma visão limitada sobre os alcances do abolicionismo. Para alguns a liberdade deveria ser adquirida nos campos de batalha, contribuindo assim para a emancipação nacional e para a própria diminuição do “perigo social” que, segundo tal concepção, representariam os negros. Já outros, tinham uma postura igualitária “livresca” e impregnada por ideais iluministas, sendo contrários a uma “igualdade absoluta”, prevalecendo uma “concepção aristocratizante”⁷ de um empreendimento em direção a uma suposta igualdade.

⁶ CLEMENTI, Hebe. *La abolición de la esclavitud en America Latina*. Buenos Aires: Editorial La Pléyade, 1974. p. 30.

⁷ CLEMENTI. p. 47-51. A respeito de uma liderança emancipadora, Gastón Baquero afirma que a mesma era representada pela “aristocracia branca *criolla*, a do espanhol nascido na América, que não queria prosseguir submetida à Coroa, porém substituiu o poder da Coroa pelo poder para a aristocracia nativa e por privilégios para as elites e oligarquias nacionais”; nesse contexto, “nem o negro, nem o índio iriam ter acesso ao poder”. BAQUERO, Gastón. *Indios, blancos y negros en el caldero de America*. Madri: Ediciones de Cultura Hispánica, 1991. p. 95.

A Venezuela foi uma das pioneiras na América Espanhola a colocar em prática os ideais de libertação nacional e, já em 1810, era determinada a abolição do tráfico de escravos. Nesse país, o discurso abolicionista, durante o processo de independência, serviu muito mais para a utilização dos negros como massa de manobra pró-Coróa Espanhola ou pró-elite *criolla*, pendendo finalmente para o lado desta última. Porém, obtida a emancipação, a penúria social daquele segmento social persistiria, não se preocupando os novos detentores do poder com a situação de vida das mesmas.

Nesse quadro, as autoridades governamentais do Estado em formação proibiam “o tráfico de negros, do ponto de vista da introdução de novos escravos no território venezuelano”, mas nada além, pois “o mercado interior de mão-de-obra escrava continuou desenvolvendo-se normalmente”. O próprio projeto constitucional de 1811 estabelecia que “dentro do território nacional podia continuar-se a compra e venda de escravos e o seu traslado de uma a outra das regiões internas”⁸.

Assim, a emancipação dos escravos venezuelanos esteve profundamente ligada à sua utilização como força militar, sendo decretada, em 1816, a “liberdade absoluta dos escravos que gereram sob o jugo espanhol”; porém, ficava imposta como condição para essa abolição, que “todo homem robusto, desde a idade de quatorze até os sessenta anos” deveria se apresentar para alistar-se nos exércitos, já que “o novo cidadão” que se recusasse “a

⁸ FIGUEROA, Federico Brito. *El problema tierra y esclavos en la historia de Venezuela*. 2.ed. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985. p. 324.

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

pegar em armas para cumprir o sagrado dever de defender sua liberdade” ficaria “sujeito à servidão, e não apenas ele, mas também seus filhos menores de quatorze anos, sua mulher e seus velhos pais”⁹.

Dessa maneira, a abolição na Venezuela não foi um processo imediato, pois a própria legislação aprovada em 1821 garantia a libertação dos filhos de escravas que nascessem a partir daquela data, porém os mesmos teriam de continuar servindo aos antigos amos até os 18 anos de idade (posteriormente esse limite foi elevado para 20 anos). Assim, “estava claro que o direito de propriedade levava a dianteira ao direito de liberdade”, uma vez que o próprio governo não tinha condições de garantir indenização, buscando também se assegurar da “permanência do escravo no seu lugar de trabalho”, de maneira que o negro “não foi incorporado à vida política do país de modo algum”¹⁰. A abolição definitiva dos escravos venezuelanos remanescentes só se daria em 1854.

A abolição na Colômbia seguiu um caminho muito próximo ao caso venezuelano e, durante o processo de emancipação nacional, uma das primeiras medidas foi decretar o fim da escravidão, associada que estava essa medida com a imperiosa necessidade da obtenção de soldados para lutarem pela independência. A própria legislação que determinava a extinção da escravatura, em 1818, também associava a mesma à condição do obrigatório alistamento militar.

⁹ Citado por: PINSKY, Jaime et alii (orgs.). *História da América através de textos*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1990. p. 64-65.

¹⁰ CLEMENTI. p. 41-42.

Apesar de ter determinado a abolição da escravidão, essa não foi uma atitude a efetivar-se rapidamente na vida colombiana, tanto que, em 1824, o governo emitia decreto permitindo aos escravos trocarem de dono, reconhecendo, assim, a persistência da escravidão, cujos resquícios ainda se fariam sentir na Colômbia até 1851.

Na região platina, a escassez de mão-de-obra, “como consequência dos prolongados conflitos que haviam assolado a região, impuseram um período de transição marcado por vacilações dos governos frente ao problema da abolição definitiva da escravidão”¹¹. Na Argentina, mesmo que a abolição da escravidão tenha sido uma das primeiras atitudes do Estado Nacional, em 1813, essa atividade permaneceu existindo durante os primeiros anos do novo país. Tal situação era prevista pela própria legislação a qual determinava que todos os filhos de escravos, apesar de nascerem livres, permaneceriam trabalhando na casa de seus patrões até os vinte anos.

Ainda no caso argentino, o descumprimento das leis abolicionistas foi marcante, tanto que, em 1833, era encaminhado um projeto reafirmando a proibição ao comércio de escravos e, até o final da década de 1830, os anúncios de escravos através da imprensa consistiam sintomas da persistência das práticas escravistas. Na Argentina igualmente deu-se uma forte incorporação de negros nas constantes campanhas militares empreendidas pelo país, contribuindo de forma decisiva

¹¹ DÍAZ, Nelson Martinez. La resistencia a la abolición en los países del Río de La Plata. In: SOLANO & GUIMERÁ (coords.). p. 629.

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

para uma drástica diminuição dos contingentes populacionais desse grupo em seu território. A libertação plena dos escravos argentinos só foi feita em 1853.

Já o Uruguai foi praticamente o único país latino-americano que contou com um projeto organizado que, através de um redimensionamento nas estruturas fundiárias, visava à incorporação de populações negras, mestiça ou índia¹². Porém, a derrota de Artigas significou o abandono dessas ideias e a abolição também se daria de forma gradual, com a determinação de uma lei do ventre livre, em 1825, e, com a formação do Estado Nacional, em 1828, ficava também determinada a liberdade dos escravos.

Mesmo assim, o Uruguai continuou negociando escravos com o Brasil e chegou mesmo, na década de 1830, a buscar implementar um projeto muito próximo da escravidão com a importação de trabalhadores que seriam denominados de colonos africanos. Também no caso uruguaio ocorreu tanto a incorporação de negros às forças militares quanto a permanência da escravidão até os anos 1840, como refletia a legislação de 1841 pela qual o governo destinava “os varões úteis que haviam sido escravos, colonos ou pupilos, qualquer que fosse a sua denominação, ao serviço das armas” pelo tempo necessário; bem como determinava que aqueles que “não fossem úteis ao serviço militar e as mulheres se conservariam na classe de pupilos ao serviço de seus

¹² Sobre o projeto artiguista observar: ABADIE, Washington Reyes et alii. *El ciclo artiguista*. Montevideu: Impressora Cordon, 1975.

amos”¹³. A escravatura no Uruguai foi abolida definitivamente em 1842, mesmo assim, essa medida teve de ser reiterada em 1846.

No Chile, durante o processo de emancipação política, na organização do projeto constitucional de 1811, não havia pronunciamentos quanto ao fim da escravidão; o mesmo só ocorreria a partir do final daquele ano, com legislações que previam a liberdade de ventres e o fim do tráfico de negros. Com a finalidade de aumentar seus efetivos militares, também o Chile recorreu a incorporação forçada dos negros e, em 1814, expediu decreto o qual determinava que os ex-escravos que se “ocultassem” para evitar o alistamento “seriam castigados com cem açoites, três anos de prisão e perpétua escravidão, ao arbítrio do governo”¹⁴. A abolição ocorreu de forma oficial em 1814 e a Constituição de 1822 declarava todos os chilenos iguais diante da lei. Porém, em 1823, ainda era discutida a questão da propriedade dos escravos e, já na década de 1840, acordos com a Inglaterra ratificavam o fim do tráfico.

O Paraguai, em 1842, determinou o encerramento do tráfico de escravos, e uma lei de liberdade de ventres, além disso, seriam considerados livres todos os negros nascidos de tal ano em diante, os homens a partir de vinte e cinco anos e, as mulheres, a partir de vinte e quatro. Com a Guerra do Paraguai, os negros foram incorporados ao esforço de defesa nacional contra Uruguai, Argentina e Brasil, os quais, por sua vez,

¹³ Citado por: DÍAZ. p. 632.

¹⁴ EYZAGUIRRE, Jaime. *Historia de Chile*. Santiago: Zig-Zag, 1965. p. 382.

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

também utilizaram em larga escala o elemento negro nos campos de batalha, notadamente o último desses países. Ao final da Guerra da Tríplice Aliança, o novo governo paraguaio, colocado no poder com o apoio brasileiro, elaborou um decreto, em outubro de 1869, suprimindo a escravidão. A Constituição de 1870 confirmou a abolição da escravidão, em um país cuja população masculina, inclusive a negra, fora reduzida à quase inexistência.

No México, o encerramento da escravidão foi elemento presente desde os primeiros movimentos rebeldes pela emancipação nacional, caso de Hidalgo, em 1810 e Morelos, em 1813¹⁵. Porém com a derrota destes, a abolição mexicana só seria levada a efeito em 1829 e, nos primeiros anos da década de 1830, foram libertados os escravos mexicanos remanescentes. Já na América Central, a situação da população escrava esteve diretamente ligada ao processo de fragmentação política da região. Em 1824, com a formação das Províncias Unidas da América Central, foi promulgada a abolição dos escravos; no entanto com o precoce esfacelamento político do jovem país em pequenas unidades políticas, levou, em algumas delas, a certos retrocessos quanto à legislação abolicionista.

¹⁵ Julio Carreras afirma que Hidalgo “foi um propugnador da abolição, consignando-a em suas proclamações e executando-a (...) nos territórios em que exerceu sua autoridade”. Segundo o autor, o mesmo foi feito por Morelos, o qual teria defendido que “a escravidão seria prosrita para sempre, bem como destruídas as *castas*, para que somente distinguissem um americano de outro o vício ou a virtude”. CARRERAS, Julio Angel. *Esclavitud, abolición y racismo*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1989. p. 50.

No Peru, em 1821, foi aprovada uma lei de ventre livre e extinto o tráfico de escravos. Porém, a carência de mão-de-obra levou a uma “emancipação gradual”, através de “leis de aprendizado” as quais “mantiveram os libertos trabalhando para os senhores de seus pais nas duas décadas seguintes”¹⁶; a abolição definitiva só viria em 1854. Também a Bolívia, apesar de ter determinado a abolição dos escravos em 1831, permaneceu com práticas escravistas até 1851.

Assim, a abolição da escravatura, na maioria dos países da América Espanhola foi movida muito mais pelas necessidades militares do que por ideais igualitaristas, de modo que “a emancipação teve a finalidade de recrutar soldados. Além desse objetivo imediato, em alguns casos se buscou explicitamente conservar o equilíbrio racial, garantindo que também os negros fornecessem a sua cota de mortos em combate”¹⁷. Outra característica em comum foi a abolição como um processo gradual, pois a maioria das repúblicas dessa região iniciaram suas práticas abolicionistas, de forma parcial, nos primeiros anos da emancipação nacional, mas “a escravidão continuaria nas décadas de 1840 e 1850, na maioria destes estados, com números sempre declinantes”, após o que “os governos republicanos continentais tinham eliminado a escravidão – a maioria através de arranjos de aprendizado e de compensação parcial”¹⁸.

¹⁶ KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 270.

¹⁷ DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 83-84.

¹⁸ KLEIN. p. 269 e 271.

A abolição via metrópole

Nas colônias inglesas, francesas e holandesas do Caribe, onde não houve um processo de emancipação nacional, a abolição da escravatura foi estabelecida a partir de decisões metropolitanas. Nessas nações europeias, em geral, os ideais abolicionistas tiveram mais eco, mesmo porque elas se encontravam em pleno avanço do capitalismo industrial e, a partir desse processo, intentavam práticas econômicas diferenciadas daquela da época do colonialismo mercantil. Além disso, boa parte dessas regiões caribenhas estaria passando por um declínio econômico, com o qual a escravidão também vinha perdendo importância.

Ao contrário de outras regiões, onde a abolição foi fruto de movimentos revolucionários emancipacionistas, “no Caribe inglês o processo refletiu tudo o que é quintessencialmente inglês: respeito pela ordem, processos legais e direitos de propriedade”. Desse modo, durante a década de 1830, o processo abolicionista “não apenas deixou a classe de fazendeiros com suas terras e o poder político intactos”, como lhes pagou profícuas indenizações, “para evitar o precedente do simples confisco da propriedade privada”. Mesmo assim, na busca de manter os ex-escravos ligados às terras em que trabalhavam, o governo britânico buscou implantar, a partir de 1833, um sistema de aprendizado, onde “todos os escravos na lavoura serviriam por seis anos como aprendizes” sendo pagos por isso, mas permaneceriam “sujeitos à regulamentações severas determinadas pelas legislaturas coloniais”¹⁹. Esse

¹⁹ FONER. p. 33 e 36.

sistema fracassou e, por volta de 1838, já havia sido abandonado na maioria das colônias.

A experiência britânica serviu de modelo para a abolição nas colônias francesas, repetindo-se as compensações financeiras aos proprietários de escravos quando a escravidão foi extinta em 1848. Porém, a oposição e constante agitação dos ex-escravos levou ao abandono de “qualquer tentativa de introdução do aprendizado – e os escravos emancipados obtiveram a liberdade diretamente”. Já os holandeses determinaram a abolição dos “escravos remanescentes no Suriname e nas ilhas caribenhas em 1863”, não fazendo também “tentativas de recusar aos ex-escravos a liberdade de residência, ocupação e empregador”²⁰.

As abolições no Caribe inglês, francês e holandês também tiveram como mola propulsora essencial o receio de que a experiência haitiana viesse a se repetir, o que “levou os governos metropolitanos e os senhores de escravos a apreciarem gradativamente as vantagens de uma abolição feita de cima para baixo, com indenização dos proprietários e afastando o espectro de uma sublevação geral”²¹. Assim, optou-se por uma abolição pacífica, o que, por sua vez, não representou significativos avanços na situação socioeconômica dos libertos.

²⁰ KLEIN. p. 268.

²¹ CARDOSO, Ciro Flamarion. *A Afro-América: a escravidão no Novo Mundo*. São Paulo, Brasiliense: 1982. p. 90.

As abolições tardias

Ainda nas décadas de 1870 e 1880, a escravidão se fazia presente na América Latina, levando em conta aquelas zonas em que o trabalho negro tinha um papel significativo para as economias locais. Assim, mesmo que de forma anacrônica, as atividades escravistas resistiam aos protestos internacionais e ao avanço dos ideais abolicionistas, de modo que as intenções em combatê-las tornavam-se infrutíferas diante dos “muros do preconceito arraigado e da incapacidade do patriciado rural em vislumbrar solução alternativa para o problema da mão-de-obra”²².

Nessa modalidade estiveram inseridas as colônias espanholas de Porto Rico e Cuba. Durante o processo de emancipações na América Espanhola, apesar da pressão inglesa e das declarações abolicionistas dos governos *criollos* dos novos países, a escravidão permaneceu naquelas localidades, devido à falta de alternativas quanto a uma possível substituição de mão-de-obra. O caso mais grave era o de Cuba, na qual se estabelecia então um verdadeiro “dilema cubano” quanto à intrincada questão do fim do escravismo, levando, inclusive, a uma aceleração na importação de escravos para números até então não atingidos, pois “era preciso prever a angustiada carência para quando não fosse possível seguir o tráfico”. Nesse quadro, o tráfico persistiu em Cuba, “recorrendo a todos

²² MOREIRA, Earle Diniz Macarthy. A escravidão na América Espanhola: um referencial necessário. In: *Anais da VIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. São Paulo: SBPH, 1989. p. 75.

os subterfúgios”, diante da “supervisão inglesa e alentado pelo apoio norte-americano e brasileiro”. Porém, a abolição nos Estados Unidos “deixou a escravidão cubana sem um suporte psicológico mais forte”²³.

Diante disso, a Espanha buscou resolver o problema da escravidão em suas colônias através de uma série de políticas conciliatórias que visavam ao estabelecimento de uma abolição gradual²⁴, porém esses projetos ficavam irremediavelmente malfadados ao fracasso tendo em vista irem de encontro aos interesses das elites coloniais; esse descompasso entre os proprietários de escravos cubanos e a metrópole levaria à Guerra dos Dez Anos (1868-1878).

Por legislação espanhola, votada em 1870, a escravidão ficava abolida nas suas colônias, porém, dentro das características de uma abolição gradual, estabelecia-se o *patronato*, pelo qual o ex-escravo estaria obrigado a permanecer ligado a seu antigo amo, em um período de aprendizado, até os vinte e dois anos de idade, recebendo um pequeno salário a partir dos dezoito. Desse modo, o liberto ficava “submetido a um regime muito semelhante ao de sua época de escravo”, sob o argumento de que “o período de tempo determinado para o *patronato* era considerado como uma

²³ CLEMENTI. p. 166 e 169-70.

²⁴ Sobre os projetos abolicionistas cubanos entre as décadas de 1810 e 1870, observar: AZCUE, Concepción Navarro. El problema legal en el abolicionismo cubano. In: SOLANO & GUIMERÁ (coords.). p. 353-75.

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

indenização ao dono pelos prejuízos sofridos com a abolição”²⁵.

Devido à guerra em Cuba, a princípio, essa lei foi somente aplicada, a partir de 1873, em Porto Rico, onde, inclusive, “se iniciava uma conjuntura histórica favorável à abolição”, pois a “força de trabalho escrava se havia debilitado grandemente, ainda que fosse importante em várias fazendas” Dessa maneira, “uma abolição com indenização poderia resultar favoravelmente aos empresários agrícolas”, tendo em vista o “potencial de trabalho que representava a classe diarista”²⁶. Mesmo assim, essa “lei de março de 1873 tardou a cumprir-se em todos os extremos”, de modo que até 1877 ainda havia problemas quanto aos contratos envolvendo o *patronato* e, em 1890, ainda discutia-se a questão de possíveis indenizações²⁷.

Em Cuba, a abolição só viria após a pacificação e, por legislação de 1880, foi também estabelecido o *patronato* previsto para estender-se até 1888. A emancipação foi antecipada, no entanto, para 1886,

²⁵ AZCUE, Concepción Navarro. La esclavitud en Cuba antes y despues de las leyes abolicionistas. In: SOLANO, Francisco de (coord.). *Estudios sobre la abolición de la esclavitud* (Anexos de Revista de Indias). Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1986. p. 229.

²⁶ CARRIÓN, Arturo Morales. La abolición de la trata y las corrientes abolicionistas en Puerto Rico. In: SOLANO & GUMERÁ (coords.). p. 262.

²⁷ CABRERO, Leoncio. La abolición de la esclavitud en Puerto Rico. In: SOLANO (coord.). *Estudios sobre la...* p. 196-197.

tendo em vista uma série de fatores que levaram a um processo de “desintegração da escravatura”²⁸.

Outro caso de abolição tardia no contexto latino-americano foi o do Brasil. A carência de mão-de-obra, desde o período colonial, levava à resistência quanto à extinção do tráfico de escravos, apesar da constante pressão inglesa que insistira nesse intento nos Tratados de 1810, com Portugal e, posteriormente, já com o Estado Nacional Brasileiro, na renovação daqueles, em 1826. Buscando formas variadas de protelação, o encerramento do tráfico para o Brasil, apesar de regulamentação legal contrária à sua realização em 1831, só se daria em 1850, com o avanço do cerco britânico.

A abolição brasileira também se caracterizou por ser um processo gradual e só se efetivaria a partir do deslocamento do eixo econômico em direção à cafeicultura paulista, da paulatina substituição do trabalho escravo através da imigração e do crescimento do ideal abolicionista. Em 1871, foi aprovada uma lei de ventre livre, que ainda atrelava os libertos a seus antigos donos até os 21 anos; e, em 1885, a legislação libertava os escravos com mais de 60 anos. Somente em 1888 foi

²⁸ Expressão utilizada por Rebecca Scott que apresenta essa desintegração como tendo “suas raízes em uma série de transformações na economia e na sociedade cubanas: o fim do tráfico transatlântico de escravos; as pressões exteriores, sobretudo depois da Guerra Civil norte-americana; o desafio anticolonial dos cubanos na Guerra dos Dez Anos; e a situação difícil pela qual passava a indústria açucareira cubana”. SCOTT, Rebecca J. La dinámica de la emancipación y la formación de la sociedad post-abolicionista: el caso cubano en una perspectiva comparativa. *Santiago* - Revista de la Universidad de Oriente. Santiago de Cuba, set. 1987. p. 130.

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

estabelecida a abolição definitiva, a qual “promovida principalmente por brancos, ou por negros cooptados pela elite branca, libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte”²⁹.

Desse modo, os constantes obstáculos ao processo abolicionista deveram-se ao caráter arraigado das estruturas escravistas nessas sociedades, as quais “não podem ser entendidas somente sobre a base de seu rendimento, senão como uma forma de vida, na qual os escravos exerciam um papel insubstituível”. Assim foi privilegiada “a subsistência de um sistema de exploração escravista, negando-se a qualquer outro argumento racional simplesmente porque em primeira instância aparecia como mais custoso e obrigava a mudar um sistema”³⁰.

As heranças

Mesmo que, ao final do século XIX, a abolição oficial da escravidão fosse um fato consumado na América Latina, os libertos e seus descendentes herdariam o peso de mais de três séculos de escravidão. Assim, “retirado de sua cultura, família e comunidade” e “transformado em um ‘instrumento humano de trabalho’, o negro carregou consigo o estigma de sua

²⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 247.

³⁰ CLEMENTI. p. 142.

história”³¹. Nesse quadro, após a emancipação, o destino dos negros não foi diferente daquele da maioria das populações indígena e mestiça, as quais, no seu conjunto, garantiram verdadeiro “substrato sócio-populacional para a exploração” e proletarianização. Permaneceu também um “racismo impenitente e encoberto”³², além de uma grande incapacidade em garantir circunstâncias de igualdade social e racial para o negro.

As abolições tiveram, assim, significados extremamente limitados, uma vez que os “ex-escravos foram de fato totalmente abandonados à sua sorte depois de completar-se a alforria geral”. Dessa forma, não foi realizada “qualquer tentativa séria para facilitar a transição do velho para o novo sistema”, demonstrando “a natureza social real dos movimentos abolicionistas que se impuseram”, ou seja, “eles estavam interessados na abolição, mas não no que pudesse acontecer com a população negra”³³.

Conclusivamente, pode-se observar que o caráter gradual das abolições latino-americanas esteve presente em qualquer uma de suas modalidades, uma vez que – tanto nas emancipações ligadas à revolução social ou aos movimentos de independência nacional, quanto nas realizadas via metrópole, em menor escala, e, notadamente, nas abolições tardias – foram adotadas formas transitórias que garantiram períodos mais ou

³¹ STEIN, Stanley J. & STEIN, Barbara H. *A herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 135.

³² CLEMENTI. p. 201-202.

³³ CARDOSO & BRIGNOLI. p. 159.

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

menos extensos de continuidade do trabalho escravo ou semiescravo. Assim, o processo abolicionista não significou uma ruptura absoluta nas estruturas socioeconômicas e políticas vigentes e a liberdade dos escravos permaneceu condicionada a possíveis alternativas para a questão da mão-de-obra, bem como à eliminação de qualquer perigo à ordem social estabelecida. Esse contexto de inalterabilidade integral do *status quo* serviu para um profundo agravamento da difícil incorporação do elemento negro nas sociedades da América Latina, em um fenômeno social que se fez sentir, com evidência, até a hodiernidade.

O ideal abolicionista através da imprensa: estudo de caso e uma inserção em um “modelo” latino-americano

Imprensa e abolição

As oposições à escravidão moderna se fizeram sentir desde os primeiros tempos da aplicação do trabalho escravo na América, sendo questionados elementos como a legitimidade ou a legalidade daquela instituição. Tratavam-se, no entanto, de manifestações isoladas as quais não chegavam a afetar a opinião pública ou as atitudes governamentais. A afirmação e uma sistematização das ideias antiescravistas só seriam efetivadas com a propagação do pensamento iluminista e os ideais abolicionistas viriam a ser colocados em prática, paulatinamente, apenas a partir das revoluções liberais dos séculos XVIII e XIX, bem como, do avanço

do capitalismo industrial e das transformações socioeconômicas e político-ideológicas que o mesmo promoveu em âmbito mundial.

Na América Latina, um impulso nos princípios abolicionistas acompanhou o processo de emancipação política e formação dos Estados Nacionais. Já no Brasil, uma das mais tardias abolições latino-americanas, no qual a escravidão persistiu como instituição oficial mesmo após a independência, o espírito abolicionista se faria manifestar, com maior evidência, a partir da segunda metade do século XIX. Foi, porém, a partir dos anos 1870 e 1880 que os abolicionistas brasileiros atuaram mais direta e organizadamente no intuito de eliminar a escravidão no país.

Nesse quadro, a imprensa teve significativa função como elemento propagador das ideias e práticas abolicionistas, mesmo porque o jornalismo brasileiro, a partir dos anos 1870, passava por uma fase de amplo crescimento, quando o que mais se praticava, através das páginas dos periódicos era “discutir, pôr em dúvida, analisar” e “combater a pretensa sacralidade das instituições: da escravidão, da monarquia, do latifúndio”³⁴. Desse modo, o “papel desempenhado pela imprensa na chamada *questão servil*” foi tão fundamental que “a dinâmica da questão passou a depender basicamente do debate pelos jornais”, alguns dos quais “se colocaram a serviço ou crítica da causa, mobilizando a sociedade civil”³⁵.

³⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 268.

³⁵ RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993. p. 28-9. Nessa linha, Suely

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

Tal processo ocorreu também em uma localidade sul-brasileira, a cidade do Rio Grande pensamento abolicionista e da abolição propriamente dita. Além do destaque às inter-relações entre jornalismo e abolicionismo, este estudo busca inserir algumas das ideias expressas na imprensa rio-grandina na conjuntura das abolições latino-americanas que, apesar de terem se desenvolvido em diferentes modalidades, apresentam certas características em comum, as quais, mesmo com variáveis de tempo e espaço, permitem, de modo genérico, a utilização de um “modelo” explicativo. Visa-se assim, através da análise de um microcosmo em particular a contribuir para uma compreensão complementar do universo maior que representa o processo abolicionista na América Latina.

Um estudo de caso: imprensa rio-grandina e ideais abolicionistas

Acompanhando o avanço da atividade jornalística em termos nacionais a imprensa da cidade do Rio Grande, nas três últimas décadas do século XIX, passou por uma fase de crescimento e verdadeira maturidade, com a circulação de jornais comerciais, ilustrados, humorísticos, satíricos, político-partidários,

Queiroz destaca que “a imprensa seria um dos meios de propaganda prediletos” dos abolicionistas, de modo que “textos polêmicos, artigos e livros aparecem em profusão por volta de 1870” e, nesse contexto, “o jornalismo antiescravista começa a se desenvolver”. QUEIROZ, Suely R. Reis de. *A abolição da escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 55.

noticiosos e literários, bem como de folhas que representavam setores específicos da sociedade. Nesse conjunto, os ideais abolicionistas encontraram seu espaço.

Predominantemente, o pensamento abolicionista expresso em jornais rio-grandinos refletia a ideia de “uma luta pelo progresso e pela grandeza da nação”, pela qual “a abolição representava a destruição do passado”, predominando conceitos como “da *Pátria*, da *Civilização* e da *Integração do País no Concerto das Nações Livres e Civilizadas*”³⁶. Desse modo, considerava-se que “ser a favor da emancipação dos escravos era ser a favor do *progresso* e da *civilização*”, uma vez que “a escravidão fora condenada em nome do *progresso* e da *civilização* nos países mais desenvolvidos”³⁷.

Nessa linha, direcionavam-se os pronunciamentos de um pequeno jornal como *O Pregador Cristão* (1877-1886), que, ao final da década de 1870, considerava a escravidão como “uma desgraça que muito oprimia esta terra”, lembrando que o Brasil era o único país americano no qual ela era “ainda uma instituição legal” e, quaisquer que fossem “as apologias e explicações”, constituiria uma atividade “que muito desonrava toda a nação”. Afirmava também que era “um dever acabar, o mais cedo possível, com as suas desgraçadas consequências e impedir que os infelizes”, os quais continuariam a ser “escravos por toda a vida”,

³⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 213.

³⁷ COSTA, Emilia Viotti da. *A abolição*. 4.ed. São Paulo: Global, 1988. p. 63.

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

sofressem por causa daqueles que queriam “lucrar com o infortúnio” deles.

O *Pregador Christão* seguia, assim, a “cruzada abolicionista” que visava a convencer a opinião pública “a aceitar o fato ou contribuir para o sucesso do movimento”, em um constante esforço para provar “o anacronismo da escravidão numa época de ‘progresso’”³⁸. Ao contrapor o Brasil ao restante do mundo, no que se referia à questão escravista, o jornal considerava-o como um país atrasado por ainda permitir o tráfico de negros, sendo, “pelas leis internacionais, a transportação de escravos considerada pirataria”, de modo que “a nação, devido a si mesma e à alta posição que ocupava no continente” havia de esforçar-se para que também aqui aquela prática ilegal fosse coibida.

Nos anos 1880, os ideais abolicionistas tiveram um impulso na Província do Rio Grande do Sul e, acompanhando esse processo, surgia dentre a imprensa rio-grandina um jornal com fins exclusivamente emancipacionistas. Tratava-se de *A Luz* que se intitulava “órgão literário abolicionista” e foi publicado entre março e outubro de 1884. Era uma folha quinzenal de quatro páginas publicadas por iniciativa da juventude local³⁹ e que expressava em seu programa os objetivos de

³⁸ GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 76.

³⁹ Quanto a esse jornal considerar-se representante da juventude rio-grandina é significativo destacar que seu redator contava com apenas dezessete anos de idade. As atividades dessa juventude refletem um fenômeno observável em âmbito nacional, pois, na segunda metade do século XIX, “os jovens começaram a ascender política e socialmente e,

defender a liberdade dos escravos e a instrução dos libertos.

A *Luz* manteve uma unidade temática e editorial constante em torno da questão abolicionista, de modo que, fossem os artigos, a parte literária, as homenagens, as “variedades”, os “pensamentos”, todas as seções, enfim, versavam sobre a dicotomia liberdade/escravidão. Além disso, o periódico mantinha um segmento denominado “A lápis”, onde apareciam as contribuições dos mais variados autores, que se manifestavam a respeito da escravatura. Aparecia também o “Livro d’ouro”, parte destinada a destacar nomes e atitudes de cidadãos que estivessem trabalhando em prol do fim da escravidão.

O jornal abolicionista, assim, pretendia “trabalhar pela extinção da escravatura no território brasileiro”, considerando tal intento como “o único dever do brasileiro sincero, do patriota que amasse a alvura do pavilhão de sua pátria”. A folha destacava que fora “criada para ser o arauto da justiça”, prometendo não abandonar a “estacada” pela “questão social” da “libertação dos cativos”.

A *Luz* afirmava que “o jornalismo era uma religião”, no entanto, criticava as práticas da imprensa de então, principalmente no que se referia aos anúncios

sobretudo, a serem considerados pelos mais velhos”, aparecendo “como faixa etária específica, como status próprio”. WESTPHALEN, Cecília Maria & BALHANA, Altiva Pilatti. Participação da juventude nos movimentos da abolição da escravatura e da proclamação da República. In: *Anais da VIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. São Paulo: SBPH, 1989. p. 143.

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

sobre escravos, considerando inaceitável que se divulgasse o “preço à venda de uma criatura, do aluguel de seus serviços, ou o prêmio estipulado a quem roubar a liberdade de um homem que foge”. A folha sustentava que a imprensa tinha uma “elevada missão”, não devendo o jornal ser “padrão de infâmias” e sim, “arrancar de si o que lhe maculava, como se extirpasse o cancro que corrói o corpo mortal”.

Para *A Luz* a legislação abolicionista até então praticada no país era limitada e não executada plenamente, analisando a Lei do Ventre Livre como “um grande passo para o porvir”, mas que não seria possível “deixar de exigir mais em favor dos cativos”, não podendo o país “ficar só com uma lei que libertava o filho, mas que deixava a mãe na escravidão”, considerando-a como “uma lei incompleta e desumana”, além do que não seria “cumprida em todo o rigor da palavra”.

Tal publicação representativa da juventude rio-grandina foi um dos poucos periódicos que se preocupou com uma forma de incorporação dos negros emancipados à sociedade. Segundo *A Luz*, essa integração só seria possível através da instrução, fazendo verdadeiras campanhas para a educação dos libertos, através de palavras de ordem como: “Um livro para cada liberto, e que ele aí possa ler, que a senzala” também pode chegar a ser uma “casa educadora” transformando-se “o instrumento da opressão” em “instrumento de trabalho”. A partir de tal premissa, concluía que “então se verá que o Brasil há de orgulhar-se de ser aconselhado pela raça negra”.

A postura abolicionista de *A Luz* não se aproximava da campanha pela libertação empreendida

pelos republicanos que passavam a se manifestar no cenário político rio-grandense, não fazendo o jornal qualquer referência à mudança na forma de governo. Assim, a folha identificava-se com maior proximidade do pensamento liberal⁴⁰ e, em uma analogia aos partidos do Império, descrevia que “em toda parte dois partidos” existiam, “um caminhando resoluto e desassombradamente para o futuro a atingir o útil, o outro grudado ao passado para conservar os abusos”. Não sobrevivendo além de 1884, *A Luz* não observaria a realização de seu intento maior e, ao contrário do que previa, as contingências políticas de 1888 levaram a que a abolição se realizasse por intermédio de um gabinete conservador.

Efetivada a emancipação dos escravos, os jornais rio-grandinos comemoraram o evento, ainda com a utilização de conceitos como “civilização”, “humanidade”, “progresso” e “patriotismo”. Para o *Diário do Rio Grande* (1848-1910), a abolição iria elevar o Brasil “imensamente no conceito das nações”, acentuando “a boa índole do seu povo, a sua civilização, os seus sentimentos de humanidade e de amor à pátria”.

⁴⁰ No Rio Grande do Sul, à época, liberais e republicanos defendiam o abolicionismo, como explica Margaret Bakos: “tanto os republicanos como os liberais criticavam a escravidão, julgando a instituição sob dois aspectos especialmente negativos. O primeiro é o de considerá-la nefasta ao escravo, porque contraria os ideais de humanidade apregoados pela doutrina positivista e pela ideologia liberal. Em segundo lugar, julgam a escravidão perniciosa para a sociedade brasileira como um todo”. BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: escravidão & abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 156.

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

O *Eco do Sul* (1858-1934) afirmava que o país fora o último a pagar um “tributo à civilização e à humanidade, despedaçando as algemas do escravo”. E, na mesma linha, o *Artista* (1862-1912) destacava que a abolição dera-se em uma “época em que era impossível compreender o domínio do homem sobre o homem” e “em que a civilização, o direito, a humanidade reclamavam imperiosamente a cessação desse criminoso abuso”.

Outro aspecto destacado, notadamente pelos jornais diários rio-grandinos, foi o caráter pacífico da abolição brasileira⁴¹. Nesse sentido, o *Eco do Sul* destacava que o fim da escravidão acontecera “sem efusão de sangue, sem as lutas fratricidas que enlutaram o passado de tantos povos”. Segundo o *Diário do Rio Grande*, o mais importante era que a abolição efetuara-se “o mais suavemente possível” e “sem a menor perturbação da ordem pública”.

O caráter partidário também se fez presente nas publicações diárias rio-grandinas, cada qual buscando associar o fim da escravidão a atuação de um determinado partido. O *Eco do Sul* ufanava-se de ao partido conservador ter “cabido a tarefa de realizar o magno cometimento que o país inteiro festivamente

⁴¹ Celia Azevedo destaca a presença dessa ideia de abolição pacífica em boa parte do movimento abolicionista, para os quais “a abolição não deve ser associada à ideia de desordem”, bem como a escravidão não deveria “abolir-se por si mesma, anarquicamente, sem as rédeas da autoridade, do governo”. AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 222 e 226.

celebrava". Já o *Artista* comentava que o gabinete conservador só tomara a medida abolicionista através da "negação das ideias de seu partido" e ao "apostatar das ideias que até a véspera de ser governo tinha calorosamente sustentado". Nessa mesma linha, o *Diário do Rio Grande* apontava a "nobre conduta" do partido liberal, sendo a "abolição uma ideia do seu programa", de modo que, no Legislativo não "houve um voto liberal contra o projeto da abolição".

Apesar do entusiasmo à época da campanha abolicionista e da própria abolição, a imprensa rio-grandina também revelaria a difícil incorporação do negro liberto à sociedade brasileira. Treze anos após a extinção oficial da escravidão, circularia um pequeno jornal, *O Defensor* (1901) cuja proposta era a de "defender a raça etiópica", buscando castigar "pelas suas colunas a todo e qualquer indivíduo que tentasse explorar ou vitimar a membros descendentes ou famílias que pertencessem à raça" negra e visando a castigar aos "indivíduos que julgavam os homens pela cor da epiderme". A presença e as propostas de um jornal que buscava proteger e incentivar o espírito de associação entre os negros refletiam os problemas sociais e de discriminação racial que marcaram a vida dos libertos brasileiros.

Uma inserção em um "modelo" latino-americano

A abolição da escravatura na América Latina não foi um processo de curta duração cronológica, estendendo-se por praticamente um século, e nem caracterizado por uma homogeneidade regional. Mesmo

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

que através desse período a extinção do trabalho escravo tenha se adaptado às diferentes contingências de tempo e espaço, as abolições latino-americanas guardam certas características em comum entre si, possibilitando a inclusão das mesmas em um determinado “modelo”.

Os principais elementos em comum entre os processos emancipacionistas latino-americanos estão ligados a três características essenciais. A primeira delas refere-se ao caráter gradual das abolições, as quais, em praticamente todos os casos, não representaram uma ruptura brusca nas formas de exploração anterior e nem uma transformação significativa nas estruturas socioeconômicas e políticas. A segunda está ligada à permanência de formas de trabalho escravo ou semiescravo, por períodos maiores ou menores, mesmo após a abolição oficial da escravatura. E a terceira está relacionada às amplas dificuldades na incorporação social dos contingentes populacionais negros após a aquisição da liberdade.

Nesse quadro, a abolição no Brasil inseriu-se amplamente dentre essas características, sendo o tópico em que mais nítida ficou tal inclusão foi o caráter da emancipação gradual, uma vez que, formado o Estado Nacional, passaram-se mais de seis décadas para que se extinguisse definitivamente a escravidão. O caráter de permanência do trabalho escravo também se fez presente no Brasil, com a aprovação de diversas legislações que, ou não eram cumpridas, ou previam determinações apenas parciais quanto à abolição. Finalmente, as enraizadas relações de exploração social para com o negro não foram eliminadas com a efetivação de uma das mais tardias libertações americanas, como foi o caso brasileiro.

Os ideais abolicionistas expressos através da imprensa rio-grandina revelavam algumas dessas características. Uma delas, a da permanência, foi apontada por *O Pregador Christão* que acusava a continuação do tráfico de escravos, em 1877, quando o mesmo havia sido suspenso oficialmente, em 1850. Esse elemento também foi identificado por *A Luz*, em 1884, que não aceitava o caráter parcial e limitado da Lei do Ventre Livre, votada em 1871.

Quanto à abolição como um processo gradual, o mesmo foi até motivo de elogios por parte do abolicionismo da imprensa rio-grandina, ao considerar como ideal uma abolição pacífica, dentro da ordem e não-anárquica. Exemplificativamente, o *Eco do Sul* lembrava duas outras abolições tardias americanas oriundas de lutas, no caso a norte-americana, destacando os “charcos de sangue em que mergulhara a grande república do norte”; e a cubana, afirmando que “no torrão insular correria em borbotões o sangue de emancipacionistas e negreiros”, fenômenos que não teriam sido observáveis no Brasil.

Já a incorporação dos negros à sociedade só foi lembrada por *A Luz*, mesmo assim, de forma limitada e idealizada, através da educação dos libertos, sem se referir a outras reformas que permitissem uma transformação nas condições sociais dos negros. A presença de *O Defensor*, em 1901, demonstrava que aquele tipo de incorporação social tendia ao fracasso.

Assim, o abolicionismo e a abolição foram encarados pela imprensa rio-grandina como uma etapa a ser vencida pelo país, em nome da “civilização”, do “progresso”, da “humanidade”, da “justiça” e do “patriotismo” e na direção de vencer o “anacronismo” e

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

o “atraso” daquela atividade, vindo a colocar-se no rol das “nações civilizadas”. Não houve, no entanto, qualquer discussão mais aprofundada quanto às razões desse “atraso” na abolição, bem como as colocações quanto ao Brasil ser um dos últimos a manter a escravidão não chegavam a levar em conta que a permanência, mais ou menos longa, fora característica da escravidão americana como um todo.

Finalmente, à exclusão de *A Luz*, e notadamente nas folhas diárias rio-grandinas, a abolição foi mais encarada como ponto de programas político-partidários do que realmente como um ideal a ser alcançado em prol do negro, refletindo, assim, as próprias tendências de amplos segmentos do abolicionismo brasileiro que conferiam a si o papel de moldar uma abolição e reordenar (ou não) a sociedade segundo seus preceitos, não levando em conta as intenções, os anseios ou os destinos dos libertos.

Permanências de relações escravistas no pós-abolição a partir das representações imagéticas da caricatura gaúcha (1888-1889)

Francisco das Neves Alves

A abolição definitiva da escravidão no Brasil teve a data oficial de 13 de maio de 1888, entretanto, a extinção das relações escravistas não constituiu um processo de imediata execução. Séculos de submissão, exploração e condenação a um status inferiorizado não seriam apagados com a simples assinatura de uma lei. Desse modo, os libertos, além de não terem sido contemplados com nenhum plano de reinserção social, continuaram sofrendo com toda a espécie de preconceito, discriminação e barreiras para com a definição de seu novo lugar na sociedade. Estabelecia-se então um fenômeno que deitou raízes na formação histórica brasileira ao longo do período de quase século e meio que se seguiu à denominada Lei Áurea.

No caso do Rio Grande do Sul, as permanências das relações escravistas em termos estruturais e/ou circunstanciais foram notadas pela caricatura que se expressava por meio da imprensa. Os periódicos ilustrados e humorísticos, com sua abordagem

predominantemente calcada no chiste e na sátira, não deixavam de focar em tom crítico as mazelas que atingiam a sociedade, chegando até mesmo a assumir um caráter moralizador, pelo qual denunciavam e buscavam diagnosticar soluções para aplacar tais chagas sociais. Nesse sentido, as folhas gaúchas voltadas à divulgação da arte caricatural trouxeram suas reflexões imagéticas e textuais acerca da continuidade de determinadas práticas inerentes ao escravismo.

Nesse quadro, a partir de uma perspectiva jocosa, as publicações periódicas traziam ao seu público um humor que poderia ser divertido e sério ao mesmo tempo, acompanhando uma qualidade vital da condição humana. A partir de tal perspectiva, o humor quase sempre reflete as percepções culturais mais profundas, ao oferecer um instrumento poderoso para a compreensão dos modos de pensar e sentir moldados pela cultura⁴². Por meio da caricatura torna-se possível encontrar o pitoresco de uma sociedade, envolvendo as suas grandezas e misérias, trazendo em seu conteúdo algumas características da mentalidade da época⁴³. Ao adquirir uma dimensão social, a representação caricatural se torna uma arte autônoma, a qual se volta ao espírito crítico, que passa a julgar a sociedade nos

⁴² DRIESSEN, Henk. Humor, riso e o campo: reflexões da antropologia. In: BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 251.

⁴³ MORAIS, Fernanda Borges Ferreira; MAGALHÃES, Maria Benedita Cabral de & MORAIS, Maria José da Silva. *A caricatura: um recurso educativo nas aulas de História*. Lisboa: Associação de Professores de História, 1996. p. 6.

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

seus mais variados setores⁴⁴. Além disso, a caricatura desmistifica o poder e incentiva o envolvimento de pessoas comuns nos assuntos de Estado⁴⁵.

Ao longo do século XIX, a imprensa voltada à difusão da arte caricatural teve por epicentro a capital imperial/federal, onde se desenvolveram alguns dos mais notáveis periódicos do gênero ilustrado-humorístico e satírico, os quais serviram de modelo para as publicações congêneres que se espalharam pelo país. Contando com o apelo visual das imagens, as folhas caricatas caíram no gosto do público leitor, atingindo significativa popularidade, vindo a desencadear-se um processo pelo qual elas foram editadas em diversas localidades brasileiras⁴⁶. Esse fenômeno também atingiu o contexto sul-rio-grandense que, nas últimas décadas dos Oitocentos, teve um fluxo praticamente constante de tal prática jornalística, em meio a qual obtiveram destaque *A Ventarola* e o *Bisturi*, que conviveram com a decretação do abolicionismo definitivo e refletiram

⁴⁴ MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 304.

⁴⁵ BURKE, Peter. *Testemunho ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2017. p. 121.

⁴⁶ Ver: FLEIUSS, Max. A caricatura no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1917. t. 80. p. 583-609.; LIMA, Herman, *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.; LOBATO, Monteiro. A caricatura no Brasil. In: *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo Brasiliense, 1955. p. 3-21.; MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira*. Rio de Janeiro: Gala Edições de Arte, 2012.; e TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. São Paulo: Documentário, 1976.

acerca da permanência de hábitos escravistas entre 1888 e 1889.

A *Ventarola* foi editada em Pelotas, entre 1887 e 1890 e apresentava-se como “folha ilustrada e humorística”, mostrando no frontispício de seu número original, em primeiro plano, o próprio objeto da ventarola, além de várias alegorias alusivas ao humor, inclusive o bobo da corte, que além do crayon, também portava o leque sem varetas que dava título à publicação. Tratava-se de um semanário, cujo programa deixava demarcada sua vocação crítica, humorada e incisiva. A folha se definia como “catita e perfumada”, além de “faceira”, sempre à busca de leitores. Pretendia “em verso gago, trôpego ou moído” arranhar ouvidos e ferir mentes, colocando “a arte em pandarecos”, propondo-se na imprensa a “rir, pular, folgar, dançar”. Por meio de “seu crayon adocicando”, dizia seguir o “prolôquio: *Castigat mores ridendo*”⁴⁷.

Já na cidade do Rio Grande foi publicado o *Bisturi*, editado de forma ininterrupta entre 1888 e 1893, embora sua circulação tenha perdurado de forma irregular até meados da segunda década do século XX. A partir de seu conteúdo programático, o semanário

⁴⁷ A VENTAROLA. Pelotas, 10 abr. 1887. Acerca de *A Ventarola*, ver: FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962. p. 209-220.; ALVES, Francisco das Neves. *A mulher e a caricatura no Rio Grande do Sul: três estudos de caso*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra Infante Dom Henrique; Biblioteca Rio-Grandense, 2019, p. 66-69.; e ALVES, Francisco das Neves. *A representação através do feminino na caricatura pelotense oitocentista*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra Infante Dom Henrique; Biblioteca Rio-Grandense, 2020. p. 45-46.

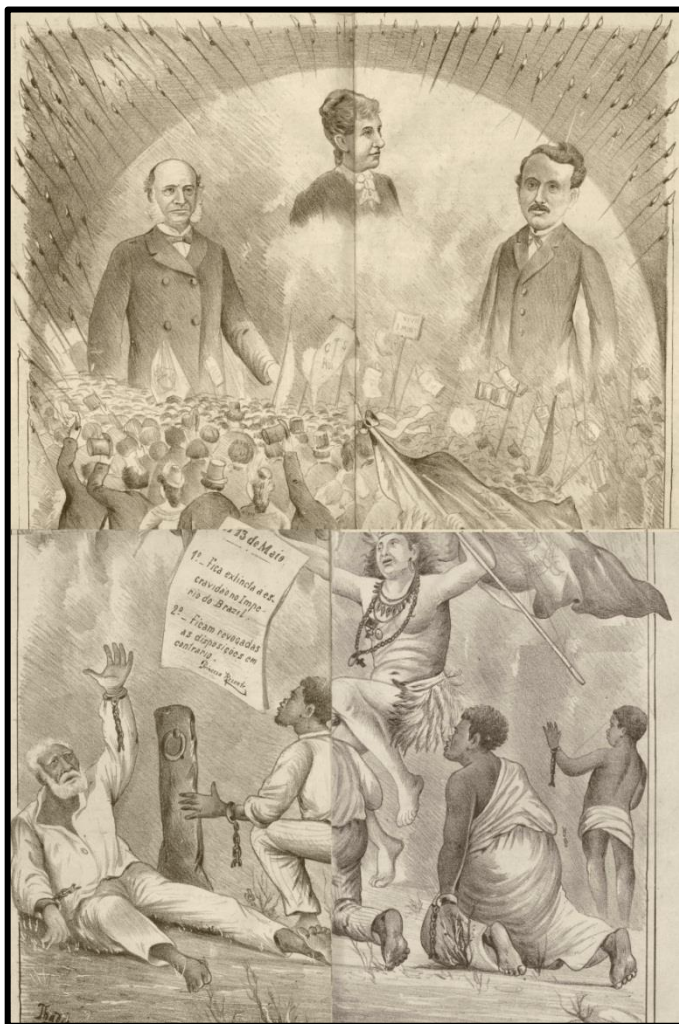
PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

garantia que seria “crítico”, mas sem se arredar “um só momento dos foros da imprensa honesta, usando de uma crítica benévola e bem intencionada e não dessa crítica cínica e mordaz”. Também prometia guardar “os princípios determinados pela urbanidade, ainda quando for mister” ser “um pouco pungente na luta de coerção aos desvios que por vezes envergonham”. Além disso, se propunha a empenhar-se “na extirpação da lepra social dos escândalos, da calúnia, de todos os vícios”, sem que em suas páginas pudessem ser notadas “as invectivas livres e as alusões imorais que desedificam na prática do comeditamento dos mútuos deveres da família social”⁴⁸.

A abolição da escravatura foi recebida com entusiasmo por parte do *Bisturi*, o qual considerou o 13 de Maio como o “grande dia que, atravessando as fronteiras de todos os povos civilizados” iria “dizer aos carcereiros do espírito que a luz da liberdade” dissipara “as trevas do Brasil”. Além disso, o periódico ilustrado apresentou uma alegoria com a presença de personagens envolvidos no processo abolicionista, bem como trazia a imagem dos libertos, representados por gerações e sexos diferentes de ex-escravos, ou seja, um velho, um homem e uma mulher adultos e uma criança que rompiam com seus grilhões. Completava a ilustração a figura do indígena, na condição de representar a nação brasileira, o qual carregava em suas mãos a carta que designava a legislação abolicionista e o pavilhão imperial, em alusão

⁴⁸ BISTURI. Rio Grande, 1º abr. 1888. Sobre o *Bisturi*, ver: FERREIRA, 1962, p. 185-194 e ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Editora da FURG, 1999, p. 219-243.

à nacionalidade. A legenda era carregada de exaltação: “Homenagem do *Bisturi* ao 13 de Maio de 1888”⁴⁹.



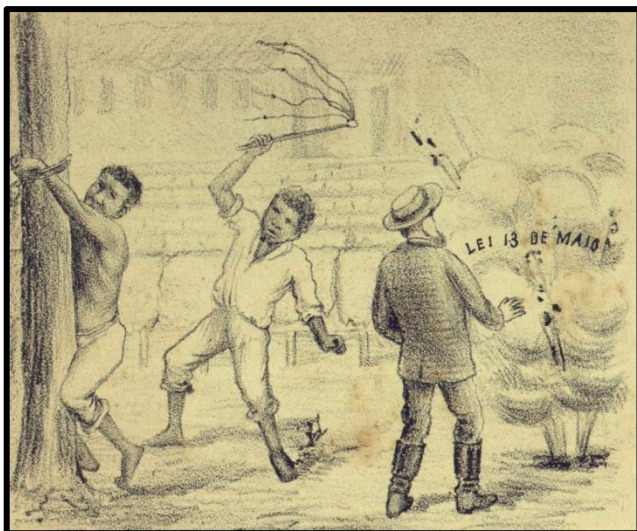
⁴⁹ BISTURI. Rio Grande, 20 maio 1888.

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

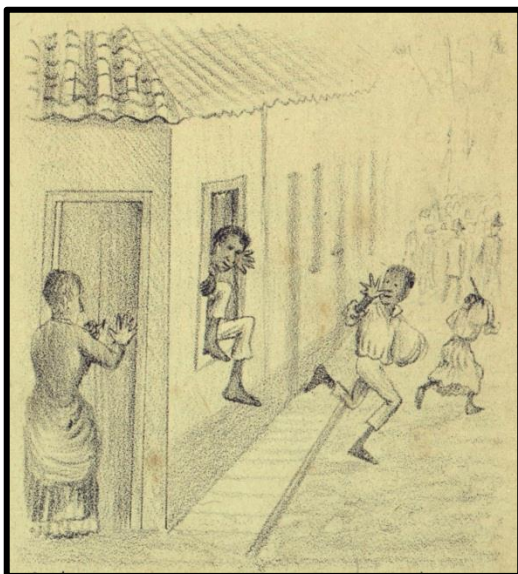
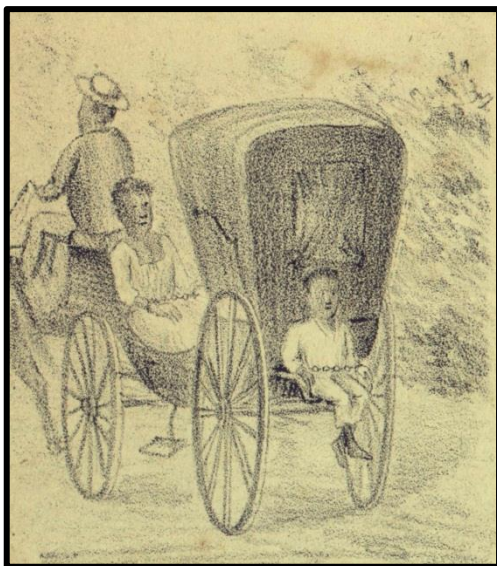
A Lei Áurea foi também observada por *A Ventarola*, que trouxe um conjunto de caricaturas, como ao mostrar um escravo sendo açoitado, contando também com a presença de um escravista que se assustava com a explosão da legislação abolicionista, de modo que a folha garantia que “a patriótica e sacrossanta Lei de 13 de Maio foi para os *ilustres escravocratas* o mesmo que uma bomba de dinamite”. Em outra cena os castigos contra os cativos eram mais uma vez representados, acompanhada da constatação pela qual aos ex-proprietários restava “ainda a esperança de que os contratados e ingênuos continuassem *no gozo da liberdade...* do tronco, da palmatória e do bacalhau”. A folha ainda denunciava as ações de escravistas que visavam a escamotear a abolição, como ao levarem para fora da cidade os seus escravos em uma carroça, ou tentando prendê-los “em quartos e porões”, para que “não tomassem parte na magna manifestação do dia 13”. Em outra caricatura, na qual o senhor montava um burrico e carrega sua escrava agrilhoadada pelo pescoço, a escravidão era vista como “uma nódoa” que infamava o “pendão auriverde”⁵⁰. Já no formato alegórico, o periódico mostrava a figura feminina que simbolizava a liberdade, a romper os grilhões que prendiam um escravo, que se mostrava grato pela libertação⁵¹.

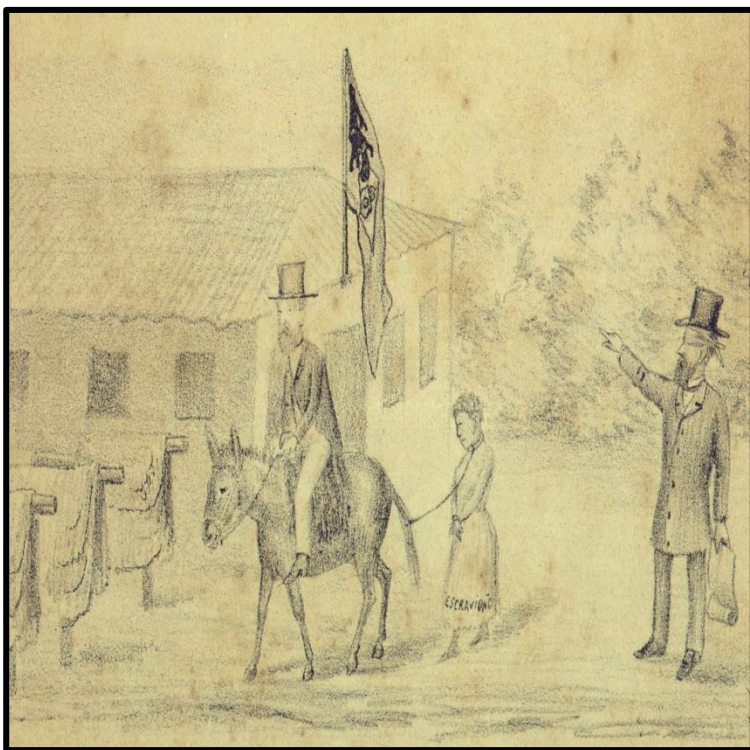
⁵⁰ A VENTAROLA. Pelotas, 20 maio 1888.

⁵¹ A VENTAROLA. Pelotas, 3 jun. 1888.



PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE
DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA





PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE
DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA



Em meio às reclamações generalizadas dos antigos proprietários, exigindo compensações pela “propriedade” perdida com a abolição, *A Ventarola* invertia o enfoque, ao mostrar que a indenização deveria ser paga ao escravo, o qual reivindicava a mesma junto à princesa Isabel. Nesse quadro, o periódico tecia a consideração de que “o que é justo e equitativo é que o indenizado seja o negro, por aqueles que lhe roubaram a liberdade e que à sua custa enriqueceram”⁵². As perseguições aos pobres, dentre eles os negros, era mostrada pela folha caricata, em cena pela qual, por meio da violência policial, a espadadas, eram despejados os moradores de um cortiço⁵³. A permanência dos abusos cometidos contra os negros, mesmo já na condição de libertos, revelando a manutenção do espírito escravagista, era apontada pela publicação pelotense, ao mostrar uma mulher de fêrula em punho, pronta a castigar sua empregada doméstica, ao passo que outras mulheres perseguiam negros com palmatória e látego⁵⁴. Os atos violentos contra os negros foram também apresentados pelo *Bisturi* como ao noticiar um latrocínio, mostrando os corpos de um homem e de uma mulher negra, identificada pejorativamente como a sua “amásia”⁵⁵.

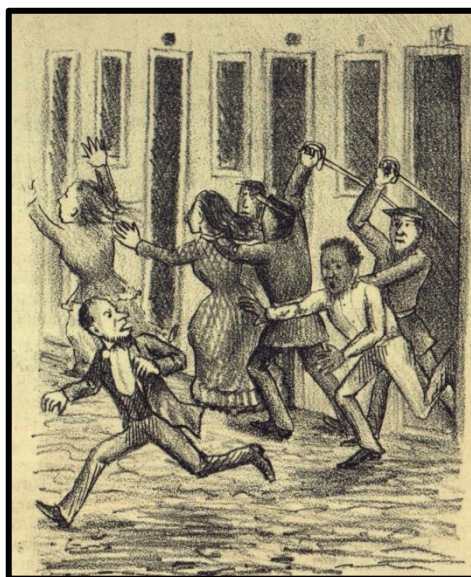
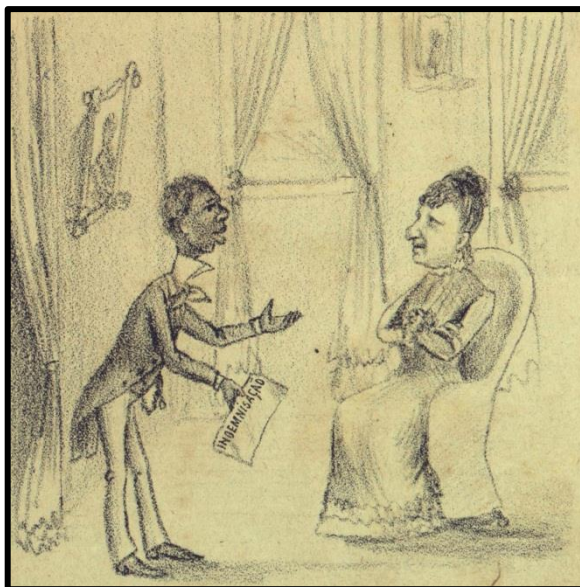
⁵² A VENTAROLA. Pelotas, 3 jun. 1888.

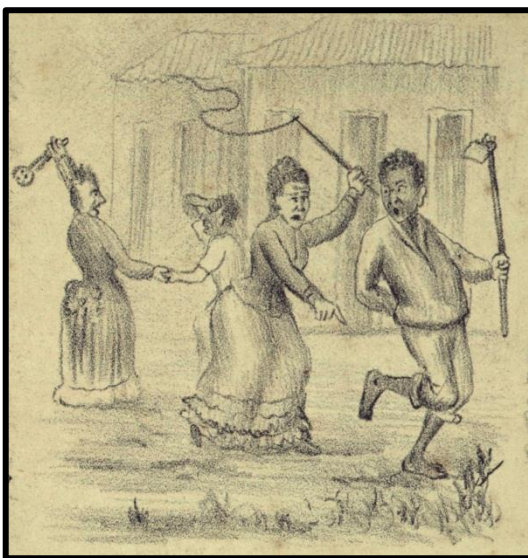
⁵³ A VENTAROLA. Pelotas, 17 jun. 1888.

⁵⁴ A VENTAROLA. Pelotas, 16 set. 1888.

⁵⁵ BISTURI. Rio Grande, 30 set. 1888.

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE
DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA





PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

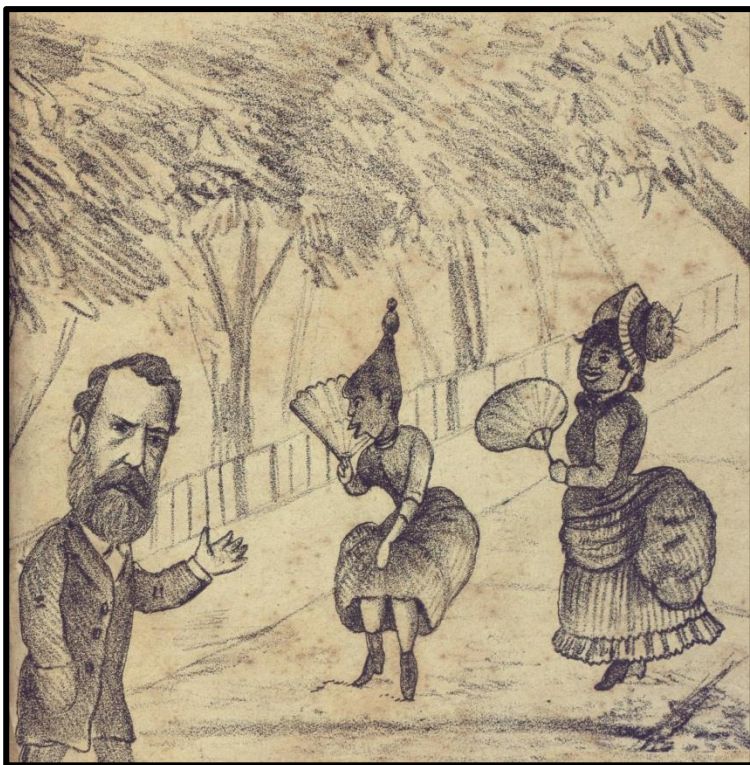


O caminho da prostituição para as libertas foi demonstrado pelo *Bisturi*, ao apresentar autoridade policial reprimindo a ação de duas prostitutas negras em um logradouro citadino⁵⁶. A busca de elementos masculinos para serem engajados nas forças militares foi apresentada pelo *hebdomadário* rio-grandino que mostrava a força policial perseguindo os ex-escravos, com a indicação de que “o recrutamento está forte... por esta não esperavam os libertos...”⁵⁷. A manutenção das relações servis vinculadas aos trabalhos domésticos era trazida por *A Ventarola*, ao mostrar duas serviçais negras encarregando-se da limpeza da casa, enquanto as donas da residência preparavam-se para sair⁵⁸.

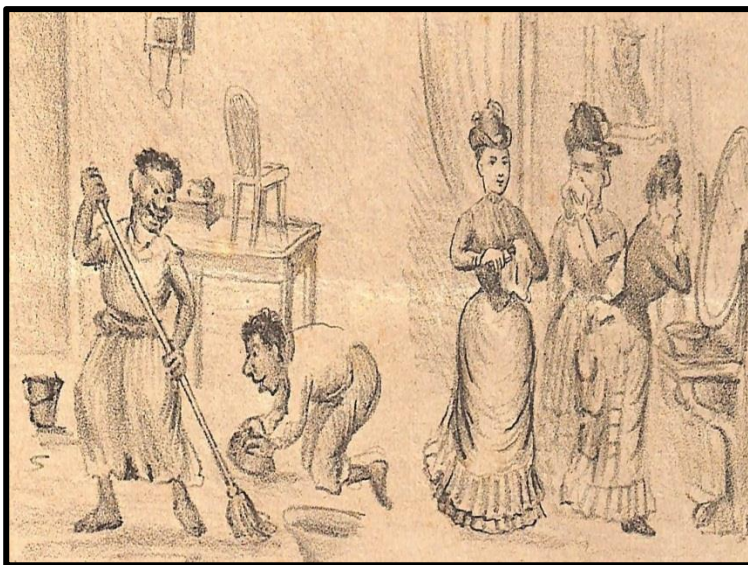
⁵⁶ BISTURI. Rio Grande, 9 dez. 1888.

⁵⁷ BISTURI. Rio Grande, 3 fev. 1889.

⁵⁸ A VENTAROLA. Pelotas, 3 mar. 1889.



PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA



A continuidade das atitudes de maltratar os serviçais negros foi outra denúncia de *A Ventarola*, ao trazer a figura de uma “mulherzinha de cabelo na venta”, que, “em casa, traz tudo em uma roda viva”, no caso infringindo violência física para com um empregado, enquanto o outro, espavorido, procurava esconder-se⁵⁹. Determinadas funções exercidas pelos escravos antes do 13 de Maio, continuaram sendo executadas por negros após a abolição, como foi o caso do serviço de coleta de dejetos humanos, realizado em vasilhas especiais para posterior eliminação geralmente em cursos de água. Foi o que mostrou o *Bisturi*, trazendo uma alegoria feminina que simbolizava a Câmara Municipal e demonstrava insatisfação com o trabalho

⁵⁹ A VENTAROLA. Pelotas, 31 mar. 1889.

executado⁶⁰. O cerceamento aos negros não poupava nem mesmo suas atividades lúdicas, como destacou o periódico ilustrado rio-grandino, em cena na qual policiais escoltavam coercitivamente um grupo formado por representantes de tal etnia, com a descrição de uma “caçada policial” ocorrida “em uma das noites passadas, em um salão bailante”⁶¹. Ao apresentar o cenário de um duplo assassinato, o semanário pelotense revelava a violência contra uma mulher negra que era esganada por um dos ladrões⁶²



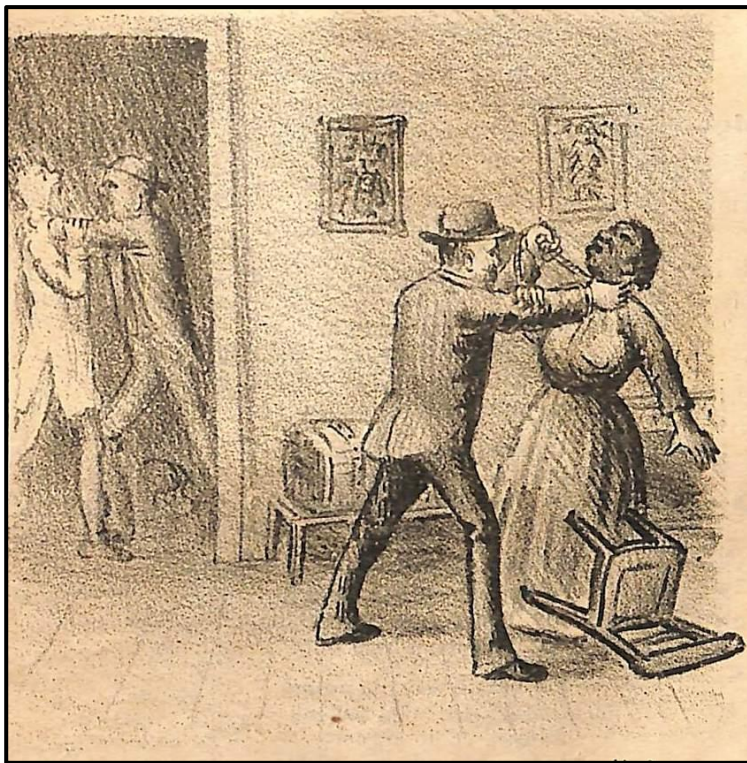
⁶⁰ BISTURI. Rio Grande, 7 abr. 1889.

⁶¹ BISTURI. Rio Grande, 30 jun. 1889.

⁶² A VENTAROLA. Pelotas, 25 ago. 1888.

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA





Outra atividade exercida tradicionalmente por escravos antes de maio de 1888 e que permanecia sendo desempenhada pelas mãos de negros foi a de carregador, como mostrava o *Bisturi* ao apresentar a chegada de um estudante, que retornava a sua cidade natal e cuja carga de livros era em grande parte carregada por um negro⁶³. O periódico rio-grandino também noticiava a determinação governamental de que a força policial exterminasse a tiros os capoeiras, ou seja,

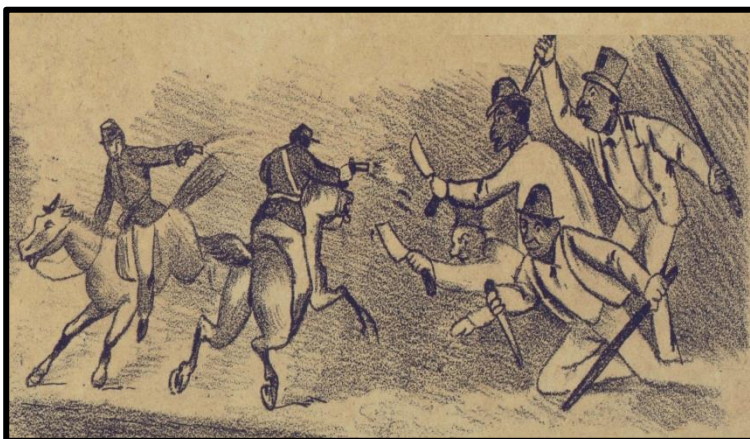
⁶³ BISTURI. Rio Grande, 8 dez. 1889.

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

negros munidos de navalhas, facas e porretes, e que, de acordo com as autoridades, promoviam atividades ilegais na capital⁶⁴. Já ao final de 1889, carregando nas cores da ironia, o *Bisturi* denunciava a persistência das práticas escravistas, ao mostrar um homem agredindo duas negras com o uso de uma palmatória. O semanário rio-grandino lembrava que recentemente fora inaugurado na comunidade do Rio Grande um monumento alusivo à libertação dos escravos, mas demarcava que atitudes como aquela que ele retratava, revelavam que a escravatura ainda não estaria de fato extinta no país, tanto que constava: “Ainda não está completamente abolida a *escravidão* e os bárbaros castigos a bolos nesta cidade”, na qual, havia “poucos dias, com música e foguetes, inaugurou-se a Estátua da Liberdade”⁶⁵.

⁶⁴ BISTURI. Rio Grande, 15 dez. 1889.

⁶⁵ BISTURI. Rio Grande, 22 dez. 1889.



PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA



Assim *A Ventarola* e o *Bisturi*, como autênticos representantes da imprensa ilustrada-humorística sul-rio-grandense, demonstraram por meio de suas construções imagéticas e textuais que as práticas da época escravista ultrapassaram o marco cronológico de 13 de maio de 1888. Bem de acordo com o costume jocoso e moralizador da arte caricatural expressa por meio das atividades jornalísticas, os dois periódicos denunciaram as mazelas executadas para com os libertos, revelando que a secular carga social que lhes recaía sobre os ombros ainda se fazia sentir com plena força. A manutenção de ocupações destinadas aos escravos, as perseguições, os castigos e até mesmo mortes violentas atentavam contra a liberdade recém-conquistada. Desse modo, das alegorias iniciais que demonstravam uma libertação concedida aos escravos, os semanários pelotense e rio-grandino apresentavam a dura realidade que os emancipados continuavam a

enfrentar, com permanências das relações escravocratas que teriam um papel inexorável nas vivências da população negra ao longo do largo tempo que se seguiu à Lei Áurea.

Reminiscências da escravidão no livro *Becos da memória*, de Conceição Evaristo

Luciana Coutinho Gepiak*

A prática escravista constitui um dos elementos mais marcantes da sociedade brasileira, atravessando por séculos a formação histórica do Brasil, desde a época colonial até o final do século XIX. Mesmo com a afirmação de um movimento abolicionista, permanece a perspectiva governamental do Império de procrastinar ao máximo a libertação dos escravos. Tal ação fica evidenciada na adoção de medidas paliativas, como a lei

* Luciana Coutinho Gepiak é doutora em Letras pela FURG (2022), mestre em Letras pela FURG (2017), Especialista em Rio Grande do Sul: sociedade, política e cultura pela FURG (2014), Especialista em Literatura Brasileira Contemporânea pela UFPEL (2003) e graduada em Letras – Português pela FURG (2000). É autora dos livros: *Do jovem poeta no Parthenon Literário ao místico Barão de Ergonte: dois estudos de caso sobre o escritor gaúcho Múcio Teixeira*; *Líricas satíricas: o texto poético nas páginas da Comédia Social*; *Imprensa e escrita feminina: Revocata Heloísa de Melo e o periodismo sul-rio-grandense* e *Escrita feminina no Brasil Meridional: Revocata Heloísa de Melo - reconhecimento e produção bibliográfica*. Participou de três coautorias. É responsável pelo Setor de Literatura, vinculado à Secretaria de Município da Cultura, Esporte e Economia Criativa, da Prefeitura Municipal do Rio Grande.

que impede o tráfico, mas os escravos continuam chegando por meio do contrabando; a legislação que define a liberdade de todos os filhos de escravos, mas que ainda devem prestar serviços por mais de duas décadas, em condição análoga a do cativo; e a lei que determina a libertação dos sexagenários, ou seja, os escravos que já não mais representam força de trabalho. Apenas em 1888 ocorre a abolição definitiva da escravidão no Brasil, uma das mais tardias do mundo, a qual ainda enfrenta uma série de resistências que resultariam na mudança na forma de governo do país.

O fim oficial da escravidão não chega a trazer maiores alterações sociais na vida dos libertos. A emancipação prevê apenas que eles passam a ser livres, mas não há qualquer política visando a sua inserção social na vida nacional. Assim, resta normalmente aos libertos contentarem-se com o subemprego e/ou condições degradantes de trabalho, gerando as raízes de uma vulnerabilidade social, que se arrasta até o presente. Mas não é apenas no campo socioeconômico que tais condições ficam expressas, havendo também toda uma implicação cultural, de modo que desigualdade social e preconceito étnico são duas faces da mesma moeda. Uma grande maioria dos negros brasileiros permanece submetida a uma realidade de exclusão, profunda desigualdade social e racismo.

Durante significativo tempo, os descendentes dos escravos não tiveram sequer um lugar mais efetivo na história e na concretização de uma memória nacional, ocupando uma posição periférica ou mesmo excludente. Progressivamente, a situação foi sendo atenuada, pois, mesmo com a manutenção das desigualdades, deu-se uma revalorização de tais contingentes étnico-

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

populacionais. Desencadeou-se, então, uma espécie de memória da escravidão, pela qual os negros passaram a traçar reflexões e a prestar seus testemunhos quanto às continuidades e os efeitos daquela instituição na sua história, estabelecendo-se uma inter-relação entre o passado e o presente.

Trata-se de uma “memória do cativo”, a qual corresponde a uma “memória coletiva específica e relativamente estruturada”, nesse quadro, “os deslocamentos de sentido produzidos pelos novos agentes de formatação da memória social” passam “a se esboçar como releitura alternativa da memória familiar sobre o tempo do cativo”. De acordo com tal perspectiva, dá-se um diálogo “com a tradição familiar herdada de pais e avós”, surgindo “um verdadeiro diálogo dos tempos”, no qual se encontram articulados pretérito e presente, construindo-se um “discurso coletivo sobre a história dos descendentes dos escravos” (MATTOS, 2005, p. 45 e 58-59).

Ficam assim demarcados “os aspectos simbólicos da memória da escravidão”, presentes em narrativas, “elaboradas e reelaboradas em função das relações tecidas no tempo presente, como em todo trabalho de produção da memória coletiva” (MATTOS, 2005-2006, p. 109). Essa memória da escravidão tem sido abordada por manifestações das mais variadas áreas do conhecimento, com destaque para as humanidades e as letras. A literatura também se torna campo fértil para tal abordagem e uma representante da literatura brasileira contemporânea tem papel fundamental nessa reconstrução.

Trata-se de Maria da Conceição Evaristo de Brito, mais conhecida pelo nome literário Conceição Evaristo.

Ela nasce em Belo Horizonte, em 1946, com origem humilde, vindo a mudar-se para o Rio de Janeiro, na década de 1970. Desde cedo ingressa no magistério e passa a dedicar-se aos estudos, graduando-se em Letras pela UFRJ, torna-se Mestre em Literatura Brasileira pela PUC/RJ e Doutora em Literatura Comparada pela UFF, analisando as relações entre a literatura afro-brasileira e as literaturas africanas de língua portuguesa e atuando como docente na rede escolar e no ensino superior. Tem participação ativa nos movimentos de valorização da cultura negra, tendo começado a publicar contos e poemas na década de 1990. Suas principais obras são *Ponciá Vicêncio*, publicado em 2003 e *Becos da memória*, em 2006. Além das edições brasileiras, alguns de seus trabalhos são traduzidos para o inglês e o espanhol. As heranças do cativo e a condição social do negro são temas constantes em seus escritos, contribuindo decisivamente para a construção da “memória da escravidão” (OLIVEIRA, 2009, p. 85-86). As reminiscências da escravidão e suas interfaces com a contemporaneidade expressas no livro *Becos da memória* constituem o objeto de pesquisa deste estudo.

Em relação a *Becos da memória*, a própria autora esclarece que sua intenção na elaboração do livro é a de “construir uma forma de *escrevivência*”, plenamente articulada com a perspectiva da memória e da interação entre passado e presente. Ela ainda explica que a origem de sua obra se dá com um “pequeno escrito com o título ‘Samba-favela’”, publicado em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Segundo a escritora, a primeira tentativa de edição de *Becos da memória* praticamente coincidiu com a redação final do texto, entre 1987 e 1988, de modo que foi projetada a sua publicação em meio às atividades

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

que demarcaram o centenário da abolição da escravidão, em 1988, bem de acordo com o conteúdo da obra. Mas o plano não deu certo e a edição original data do ano de 2006, vindo a contar com edições posteriores, em 2013 e 2017 (EVARISTO, 2017, p. 9-10).

Ainda ao apresentar sua obra, Conceição Evaristo explica que se a edição foi demorada, levando praticamente duas décadas, “o processo da escrita do livro foi rápido, muito rápido”, afirmando que “em poucos meses, minha memória ficcionalizou lembranças e esquecimentos de experiências que minha família e eu tínhamos vivido, um dia”. Ela evidencia também que *Becos da memória* constitui “uma criação que pode ser lida como ficções da memória”, e, tendo em vista que “a memória esquece, surge a necessidade da invenção”. Quanto a tal aspecto, a autora reitera que “entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção”. (EVARISTO, 2017, p. 10-11).

Um dos fundamentos do livro encontra-se nas próprias interfaces entre becos e memórias. Assim, a autora faz referência aos “homens, mulheres, crianças que se amontoaram dentro de mim, como amontoados eram os barracos de minha favela”. Também explica que “a favela era grande e toda recortada por becos”, alguns deles “tinham saída em outros becos, outros não tinham saída nunca”, tal “como ruas estreitas que se cruzavam, que se bifurcavam”. A protagonista da obra expressa a tentativa do registro das memórias passadas naqueles becos, destacando que “já sabia qual seria a sua ferramenta, a escrita”, pois “um dia, ela haveria de narrar, de fazer soar, de soltar as vozes, os murmúrios, os silêncios, o grito abafado que existia, que era de cada

um e de todos”. Dessa maneira, ela “um dia escreveria a fala de seu povo” (EVARISTO, 2017, p. 17, 120 e 177).

A expressão “beco”, utilizada pela autora, “ambiguamente evoca tanto o espaço como suporte memorial”, ou seja, “os ‘becos’ em que se abriga a memória” aparecem “como a representação desse espaço a partir da evocação memorial – nesse caso agora afetivamente recriados pela memória” (LANGA; SILVA, 2015, p. 81). Assim, tais becos constituem os “lugares por onde as lembranças ainda transitam mais livremente, mesmo correndo o risco de serem esquecidas”, já que muitas vezes “se impõe um silenciamento às histórias que passam de boca a boca, às experiências vividas por pessoas que ocupam suas margens, os espaços periféricos nas grandes cidades”. O “silêncio imposto às experiências dos que vivem em lugares de pouca visibilidade no mapa arquitetônico dos grandes centros urbanos”, no livro, “é interrompido pelo cuidado em se acompanhar a vida dos habitantes” (FONSECA, 2010, p. 22).

Tal qual as idas e vindas, os caminhos e descaminhos dos becos, a obra de Evaristo é “estruturada em fragmentos”, os quais apresentam “um mosaico de vidas representadas igualmente de maneira breve, presas à urgência de seu presente e a um passado em grande parte das vezes desconhecido”, diante da “violência da desagregação social que rompeu o século XX estilhaçando laços estáveis, sejam familiares ou comunitários” (DELGADO, 2015, p. 22). Esses fragmentos “procuram aliar a denúncia social a um lirismo de tom trágico, o que remonta ao mundo íntimo dos humilhados e ofendidos”, apresentados “como pessoas sensíveis, marcadas, portanto, não apenas pelos

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

traumas da exclusão, mas também por desejos, sonhos e lembranças". Nesse sentido, "violência e intimismo, realismo e ternura, além de impactarem o leitor, revelam o compromisso e a identificação da intelectual afrodescendente para com aqueles colocados à margem" do denominado progresso (OLIVEIRA, 2009, p. 86).

Fica demarcada na proposta da escritora a perspectiva da difusão da memória social, seja a mais longínqua, seja a mais recente, bem de acordo com a cultura ancestral dos africanos, depois, escravos, libertos e favelados. Tal enfoque revela "a importância da tradição, no sentido concreto de transmissão e de transmissibilidade" e mesmo da "experiência" que é transmitida e "transcende a vida e a morte particulares", pois nela há algo "que concerne aos descendentes", correspondendo à memória coletiva (GAGNEBIN, 2009, p. 50).

O conjunto aparentemente desordenado de becos corresponde à própria memória, fragmentária e não-linear, sujeita aos alcances e limites da lembrança e do esquecimento. Os tantos testemunhos expressos na obra, não são normalmente agradáveis às versões oficiais, normalmente propostas pelos poderosos, uma vez que trazem à tona, a voz dos desvalidos, de modo que chegam a produzir "uma imensa cacofonia, cheia de barulho, de furor, de clamores, de polêmicas e de controvérsias, de argumentações simétricas ou congruentes a propósito das quais ninguém fica indiferente". A narrativa de Evaristo vem ao encontro da expressão das memórias dos normalmente não incluídos no discurso oficialista, como é o caso de "memórias ameríndias, memórias dos negros, memórias das mulheres" entre outras (ROBIN, 2016, p. 20).

A memória traz em si “seus atos falhos, torneios de estilo, silêncios”, entre outros fatores, uma vez que “a memória só existe ao lado do esquecimento”, pois “um complementa e alimenta o outro, um é o fundo sobre o qual o outro se inscreve”. *Becos da memória* é composto desse caminho sinuoso de lembranças/esquecimentos, num quadro pelo qual “aquele que se recorda deve poder percorrer” certas “paisagens mnemônicas descortinando as ideias por detrás das imagens”. As tantas mazelas que preenchem o livre vêm ao encontro da perspectiva pela qual “a arte da memória, assim, como a literatura de testemunhos, é uma arte da leitura de cicatrizes” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 52 e 56).

Na elaboração de seu romance, Evaristo toma “como mote a estrutura sinuosa e múltipla dos becos da favela”, os quais são percorridos pela narradora, mostrando-se, “a um só tempo, iguais e diversos, múltiplos, tortuosos, promissores, cheios de histórias de vida”. O conjunto da narrativa é constituído “de pequenos relatos, breves histórias de vida de muitos personagens, homens, mulheres e crianças”, estabelecendo-se o privilégio do “fragmento sobre a totalidade, a alegoria sobre o símbolo”, bem como “dando vez a versões mínimas, fragmentárias de vidas comuns, nem heroicas nem exemplares”, ou seja, “de pequenas vidas de personagens em cujos percursos se conjugam derrotas advindas de sua condição social, racial e de gênero” (SCHMIDT, 2017, p.186-187).

Desse modo, “a vivência da penúria afina alguns instrumentos narrativos para expor as vidas subterrâneas, minadas pela carência intensa de melhores condições de vida”. Diante de uma “pobreza vivida muitas vezes com gestos de brandura, a narradora vai

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

retirando dados de uma história maior”, recuperando-se “as experiências de pessoas expostas à dura pobreza, que, contudo, não arrefecem o desejo de continuar vivendo”. Nesse quadro, “escrever é a ferramenta utilizada para recompor o vasto painel de lembranças calcadas na ‘experiência da pobreza’”, a qual foi vivenciada “por quem soube observar, com olhos atentos e condoídos, os becos de uma coletividade” (FONSECA, 2017, p. 192-193).

Tais fragmentos testemunhais representam uma fundamental porção da memória social da nação, revelando “a importância do papel que a memória coletiva desempenha”, já que ela “faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas”, aparecendo todas “lutando pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção” (LE GOFF, 2013, p. 435).

A memória constitui um “recurso a respeito da referência ao passado”, tanto do ponto de vista do testemunho “fiel ao passado”, quanto das “deficiências procedentes do esquecimento”, tal qual “o avesso de sombra da região iluminada da memória”. Assim, “não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (RICOUER, 2012, p. 40). O livro de Evaristo é carregado dessas memórias, daí sua narração não-linear, pois traz em si memórias fragmentárias e lacunares, em relação a um pretérito amplamente inter-relacionado com o presente, notadamente quanto às constantes permanências das desigualdades sociais.

Nesse caso, não se trata apenas de uma “polaridade entre memória individual e coletiva”, e sim “com a de uma tríplice atribuição da memória: a si, aos próximos, aos outros” (RICOUER, 2012, p. 142). Em vista disso, “é importante destacar a completa relação entre os discursos individuais das testemunhas – no registro da memória –, o da memória coletiva que se articula na cena pública”. A literatura “ensina a jogar com o simbólico, com as suas fraquezas e artimanhas”, sendo “marcada pelo ‘real’” e buscando “caminhos que levem a ele”, procurando “estabelecer vasos comunicantes com ele”. Dessa maneira, a literatura “amarra o ‘real’, a imaginação, os conceitos e o simbólico”, havendo até mesmo “um teor testemunhal da obra literária” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 71, 74-76).

No livro *Becos da memória*, “as histórias de vida das personagens da narrativa problematizam as questões de opressão de gênero, raça e classe”, através dos “retalhos perdidos da colcha memorialística”, os quais “são gradualmente costurados, ao tempo em que as histórias são apresentadas”. Tais “trajetórias de vida que permeiam a obra vão se entrecruzando pela visão de Maria Nova”, a qual “vai costurando e mesclando as suas memórias com as dos indivíduos da favela, constituindo-se assim como uma colcha de retalhos de vida” (FRÓS; SANTOS, 2017, p. 201).

A obra, “através da memória, discute o processo de constituição da identidade étnica negra”, buscando abordar o “significado de ser e estar no mundo como negro”. A autora “retrata as vivências precárias de um grupo de favelados e afrodescendentes para que o leitor reflita sobre elas”, aparecendo questões “como a fome, a pouca escolaridade, o trabalho cansativo e pouco

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

remunerado, a ameaça de perder o lugar de morada, o alcoolismo, a solidariedade”, refletindo “situações vividas ainda na contemporaneidade pela maioria dos afrodescendentes”. A obra traz em si a questão pela qual, “como na época da escravidão, quando os senhores mandavam e os negros obedeciam”, muitos permaneceram “em silêncio, aceitando a condição que lhes foi imposta por teorias racistas e pelo senso comum eurocêntrico” (COSTA, 2014, p. 82).

O fio condutor do livro é a vida em uma favela em um processo de desfavelamento que o local iria sofrer, com a destruição dos casebres e a expulsão dos moradores. Um dos pontos aglutinadores da narrativa se dá no constante estabelecimento de paralelos entre o passado e o presente, os escravos e os favelados, a senzala e a favela. Assim, na obra ocorre um constante encontro entre as vivências pretéritas, sejam as mais remotas, vinculadas à escravidão, sejam as mais próximas cronologicamente, com a contemporaneidade. Nesse sentido, em *Becos da memória* pode-se observar uma espécie de tempos transversais, com uma recorrente interação entre o passado e o presente.

Dentre os tantos personagens que compõe o livro podem ser destacados alguns. A protagonista é Maria-Nova, menina que executa predominantemente o papel de narradora e em torno da qual são apresentadas várias histórias provenientes de seus antepassados – dos mais longínquos aos mais recentes – e de seus coetâneos. E, em torno dela se dá a maioria das inter-relações entre o tempo pretérito e o presente. Vó Rita é aquela que traz em torno de si a própria comunidade, servindo de alento às tantas dificuldades. Bondade é o benemérito da comunidade, que atua em prol do bem comum e da

assistência individual, além de constituir uma das fontes de testemunhos, ao contar histórias para Maria-Nova. Tio Totó é um emigrado do campo, que enfrenta duras condições de trabalho, junto de suas esposas, uma delas a Nega Tuína; ele é um dos principais articuladores da oralidade, transmitindo seus testemunhos para a menina Maria-Nova.

Ainda aparecem dentre o amplo rol de personagens, Maria-Velha, ascendente de Maria-Nova e personificação da amargura oriunda das mazelas sociais, também passando alguns testemunhos para a menina. Cidinha-Cidoca, mulher deslumbrante e cobiçada pelos homens, que se torna a louca que perambula pela favela. Negro Alírio é o trabalhador consciente, com uma ação de luta pelos direitos dos negros e um dos que mais atua na busca de garantias dos atingidos pelo desfavelamento. Dora é a rezadeira, dando algum tipo de assistência espiritual à comunidade e fazendo grande sucesso junto aos homens. Ditinha é a empregada doméstica que tem de sustentar a família e acaba presa, sem emprego e com vergonha da comunidade por ter roubado uma joia da patroa. Beto é o filho de Ditinha, que teve de amadurecer, deixando a infância para, à força, tornar-se adulto de modo a cuidar da família na ausência da mãe.

Uma questão a ressaltar em relação ao rol de personagens é que na sua grande maioria eles são identificados pelos primeiros nomes e apelidos, e quase nunca nomes completos. Assim revela-se uma certa proximidade entre os favelados, mas, ao mesmo tempo, transparece uma espécie de desprestígio social imputada aos pobres, notadamente de parte dos ricos, de modo que nem mesmo sobrenomes eles podem sustentar. Por

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

outro lado, muitos dos nomes e apelidos trazem algum indício de parentesco, como “Vó”, “Mãe”, “Tio”, “Tia” ou “Primo”, denotando a perspectiva de uma irmandade entre os escravos, os libertos, os favelados e os pobres, cujo principal ponto de união estava nas aflições sociais com as quais conviviam.

Há ainda em meio as personagens certas metáforas e analogias, uma vez que o livro “faz desfilar alegorias encarnadas” em alguns de seus personagens e imagens. Nesse quadro, “contradições e heterogeneidade na retratação apurada dos personagens impedem o maniqueísmo fácil e o efeito da eventual estereotipação que alimenta o discurso da vítima”. Ocorre, isto sim, “a coexistência de misérias e grandezas, normalmente sem entrada nos noticiários ou na crítica hegemônica” (ROSITO, 2007, p. 219-220). A dualidade entre a vida e a morte aparece em Vó Rita, literalmente parteira e simbolicamente aquela de onde nasciam os homens e a Outra, uma das personagens mais enigmáticas, que coabita com aquela e equivale à morte, escondida e personificada pela figura da leprosa. Já Bondade corresponde ao bem, à assistência, pois é o homem misterioso que desaparece mensalmente e distribui alimentos, assistindo e levando alento aos desvalidos da favela, além disso, ele não tinha moradia, a não ser no coração de todos e, sem qualquer coincidência, ele torcia pelo “Time Esperança”.

Além dos personagens ocorrem diversas outras metáforas, como as pedras pontiagudas que representam as dores humanas. O “Buracão”, por sua vez, é uma espécie de inferno, crescente e devastador, que engole o mundo e as pessoas. Os tratores com os quais é executado o desfavelamento, observados como

verdadeiros monstros devoradores, que destruíam a existência para trazer um anunciado progresso. E também os próprios becos, correspondendo às vivências humanas, trazendo em si as idas e vindas da vida, com todo o tipo de decisão que leva a algum lugar ou simplesmente se emaranha em um lugar sem saída.

Outro elemento aglutinador da narrativa, também inter-relacionado com a perspectiva da memória são os testemunhos apresentados ao longo do livro. A tradição oral constitui uma das mais importantes formas de transmissão de conhecimentos e lembranças em meios às sociedades africanas e, por herança, da população brasileira de origem escrava e a escritora traz tal ação como fundamental para o desenvolvimento de sua obra.

Ao mesmo tempo, há também uma ampla valorização do ato de ler e escrever como um diferencial para buscar a tão pouco provável ascensão social. A possibilidade da escritura para também levar em frente os testemunhos, de modo a registrá-los graficamente e garantir a sua continuidade era somada às perspectivas de futuro que a alfabetização poderia propiciar. Nessa linha, as ações de ler e escrever traziam também o sentido da libertação, ou seja, o “olhar atento de Maria-Nova para o cotidiano da favela, mediante o qual a narradora-personagem buscará compreender sua realidade”, procurando “dias melhores” por meio de “um ato político empreendido através da escrita (SANTOS, 2016, p. 129).

É mais uma vez em torno de Maria-Nova que se estabelecem em torno de testemunhos e memórias, principalmente nas narrativas a ela contadas e para as quais a menina tinha a condição de receptora, pois

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

“queria sempre histórias e mais histórias para a sua coleção”. Mas também de articuladora e difusora das mesmas, uma vez que “um sentimento, às vezes, lhe vinha”, ou seja, “ela haveria de recontá-las um dia, ainda não se sabia como”, tendo em vista que “era muita coisa para se guardar dentro de um só peito” (EVARISTO, 2017, p. 37).

Fazem parte do texto várias vivências da contemporaneidade, muitas vezes interligadas ao tempo pretérito. Nessa linha, aparecem no livro o papel social da mulher e a condição feminina, as práticas futebolísticas, as festividades religiosas e patrióticas, o carnaval, os trabalhadores e seus direitos (ou a falta deles), os sindicatos, as greves, a repressão, os partidos políticos e o comportamento dos candidatos postulantes e os políticos ocupantes de cargos públicos, o êxodo rural, a modernização, o desenvolvimentismo, todas elas trazendo por pano de fundo as desigualdades sociais e o sofrimento das populações pobres.

Assim, a questão chave do texto consiste na abordagem da precariedade social vivida pelos escravos e pelos libertos, no passado, e pelos favelados, no presente. As dificuldades eram tão grandes que até mesmo um dos atos mais frugais da existência humana, a obtenção de água, constituía um enorme obstáculo à existência dos pobres. Daí a relevância das “torneiras” das quais se obtinha água no âmbito favélico, bem como muitas das personagens, inclusive a protagonista, ocupavam-se como lavadeiras, assim a importância da obtenção de tão vital líquido, fundamental para a sobrevivência física e financeira. Além disso, era mais uma vez a aproximação entre o passado e o presente, já que a ocupação de lavadeira, sempre à procura de uma

fonte de água limpa, trazia a ancestralidade da vida escrava.

Nesse sentido, a própria autora aponta que “a recordação daquele mundo me traz lágrimas aos olhos”, ressaltando “como éramos pobres” e “miseráveis talvez”, assim “como a vida acontecia simples e como tudo era e é complicado”. Na mesma linha, em relação ao personagem “Tio Totó”, a escritora lembra que ele “não nascera ali”, na favela, “como também ali não nasceram seus pais”. A única certeza é que “estavam todos na labuta da roça, da capina”, além do que “seus pais eram escravos e que ele já nascera na ‘Lei do Ventre Livre’”. Apesar de tais referências, Evaristo questiona: “Que diferença fazia? Seus pais não escolheram aquela vida, nem ele” (EVARISTO, 2017, p. 17-18).

As poucas possibilidades de inserção social também fazem parte da abordagem do livro, lembrando, que mesmo após a escravidão, as oportunidades para os negros permaneciam quase idênticas a da época da instituição escravocrata, com a execução do trabalho doméstico ou rural. A respeito do casal de personagens Tito Totó e Nega Tuína, ela, “uma moça bonita que trabalhava na cozinha da fazenda, enquanto ele estava a labutar na roça de algodão” (EVARISTO, 2017, p. 51).

Além das restrições quanto ao trabalho, a autora lembrava que a condição de família era outra impossibilidade em relação aos negros, restando apenas a proximidade entre os “irmãos”, a partir da identidade étnica. Nesse sentido, explica que “Nega Tuína era sozinha, sem parentes sanguíneos”, de modo que “de seu lado ela considerava as outras negras e negros da cozinha”, já que ela “crescera ali na fazenda, agarrada às saias das cozinheiras” e “uma delas, um dia, mesmo sem

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

ela perguntar, contou que sua mãe morrera de parto, quando ela nascera” (EVARISTO, 2017, p. 52).

Ainda quanto ao casal Totó e Nega Tuína aparecia outra alusão ao escravismo, quanto à permissão ou não de escravos de sexo diferente permanecerem juntos. Muitas vezes os senhores escravocratas permitiam tal união, como estímulo à gravidez, visando à multiplicação da quantidade de cativos. Nessa linha, é descrito que “alguns fazendeiros, sabedores que se tratava de marido e mulher, arrumavam um quartinho ou uma casinha para os dois”. Poderia ser uma forma mais tênue, mas permanecia a perspectiva de tal atitude constituir um investimento para no futuro obter mais braços para as lides rurais (EVARISTO, 2017, p. 88).

No livro aparecem as tantas heranças das agruras escravidão, bem como algumas memórias quanto à ancestralidade africana. A referência é ao “Tio Totó”, o qual juntara “a mulher, a filha e alguns trapos”. Ambos não “tinham mais pais vivos”, pois houvera “um surto de tuberculose, que começara na casa-grande” e “assolara também os escravos”. Os personagens “iriam partir”, já que “queriam esquecer as histórias da escravidão, suas e de seus pais”. Pelo percurso, “lembravam histórias mais amenas de campo, de vastidão, de homens livres, em terras longínquas”. As lembranças voltavam-se também para “deuses negros, reais, constantes e tão diferentes daquele Deus-Jesus de que tanto falavam os senhores e os padres” (EVARISTO, 2017, p. 20).

Quanto às constantes perdas oriundas da escravidão e em mais uma reminiscência das origens africanas, é mais uma vez Totó a rememorar que perdera “pai e mãe que nunca tive direito, dado o trabalho de

escravo nos campos”, assim como também perdera “um lugar, uma terra, que pais de meus pais diziam que era um lugar grande, de mato, bichos”, além de “gente livre e sol forte” (EVARISTO, 2017, p. 29).

Um sentimento de saudade de uma terra nunca vista, a África, aparece novamente em mais uma divagação de Maria-Nova, a qual “já era dada à tristeza, já tinha no sangue o banzo, já guardava no peito saudades de uma vida longínqua, não vivida”. Tal sensação voltava a se manifestar, na descrição de que a menina “andava em dias de grande banzo”, com uma “tristeza por tudo, por fatos recentes e passados”, bem como “por fatos que ela testemunhara e por fatos que ouvira”. Outra reminiscência das tradições africanas, no caso as religiões originais, ocorre na descrição da simpatia realizada por uma personagem que se dirigia “para trás da casa e desenhava no chão um grande sol cheio de grandes pernas compridas” e “aquilo era bom pra chamar o sol” (EVARISTO, 2017, p. 115, 128 e 139).

Também no que se refere à ancestralidade africana, a autora utiliza-se mais uma vez do recurso da memória, em passagem na qual Maria-Nova refletia sobre as tantas histórias que lhe eram contadas, perante as quais guardava um “banzo no peito”, ou seja, “saudades de um tempo, de um lugar, de uma vida que ela nunca vivera”. Aparecia também a lembrança do passado, no caso aquele vinculado ao escravismo, do qual as maiores heranças eram a continuidade da pobreza e do sofrimento. Assim, o que mais doía na menina “era ver que tudo se repetia, um pouco diferente, mas, no fundo, a miséria era a mesma”, pois “o seu povo, os oprimidos, os miseráveis; em todas as histórias, quase nunca eram os vencedores, e sim, quase

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

sempre, os vencidos”, em um quadro pelo qual “a ferida dos do lado de cá sempre ardia, doía e sangrava muito” (EVARISTO, 2017, p. 63).

É através da concepção de Maria-Nova que a escritora trabalha uma conexão temporal entre o pretérito e o presente, aproximando as condições de precariedade social no paralelo entre a senzala e a favela. A própria menina relata uma experiência no âmbito escolar que traduz tal inter-relação:

“Duas ideias, duas realidades, imagens coladas machucavam-lhe o peito. Senzala-favela. Nesta época, elo iniciava seus estudos de ginásio. Lera e aprendera também o que era casa-grande. Sentiu vontade de falar à professora. Queria citar, como exemplo de casa-grande, o bairro nobre vizinho e como senzala, a favela onde morava. Ia abrir a boca, olhou a turma e a professora. Procurou mais alguém que pudesse sustentar a ideia, viu a única colega negra que tinha na classe. Olhou a menina, porém ela escutava a lição tão alheia como se o tema escravidão nada tivesse a ver com ela. Sentiu certo mal-estar. Numa turma de quarenta e cinco alunos, duas alunas negras, e, mesmo assim, tão distantes uma da outra. Fechou a boca novamente, mas o pensamento continuava. Senzala-favela, senzala-favela!” (EVARISTO, 2017, p. 73).

A comparação entre as condições de vida de ricos e pobres, ou seja, da “casa-grande” com a “senzala” aparece também na descrição da volta da empregada Ditinha da casa da patroa para a sua. É descrito que “não era grande a distância entre a mansão da patroa e o

barraco de Ditinha”, pois “o bairro nobre e a favela eram vizinhos”, incomodando-a as disparidades entre um lugar e o outro. A relação retorna ainda em outro pensamento de Maria-Nova, descrevendo o agravamento da situação com o desmantelamento da favela que se aproxima, aprofundando as rivalidades entre os próprios moradores. Nesse quadro, a menina “percebia a estreita relação de sentido entre a favela e a senzala, mas mais se entristecia ao perceber que nos últimos tempos ali se vivia de pouco amor e muito ódio” (EVARISTO, 2017, p. 101 e 137).

Em alusão aos ancestrais da personagem Maria-Velha, em mais um de seus testemunhos, aparecem questões como a revolta e a resistência contra a escravidão; o retorno às origens, com a conversa na língua de matriz africana; o escravo tratado como produto e, portanto, passível de compra e venda, separando-se famílias, por represália e/ou interesses financeiros; a continuidade das relações escravistas, mesmo depois da abolição; e a oposição entre o trabalho livre e o escravo:

“Luís fora menino inteligente, sempre indagador das coisas e das causas. Era um rebelde, odiava os sinhôs. Quando venderam a sua irmã, por ela ter agarrado o sinhô pelo peito da camisa, ele vomitava ódio e prometia se vingar, por fogo na casa-grande. Chorou a noite toda. E o pai teve uma surpresa. Luís falou com ele durante horas naquela língua da terra distante. O pai pensava que o garoto soubesse falar só a linguagem dos brancos. Qual nada! Surpresa e alegria, Luís falava aquela linguagem tão bonita! No outro dia Luís sumiu. O avô de

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

Maria chegou até a pensar que os sinhôs tinham vendido o rapaz também. Eles já tinham vendido a sua mulher e os outros filhos. Será que tinham matado o menino?

Anos se passaram, o homem sem se rebelar, apenas a dor, o banzo alimentando a vida. Aqueles sinhôs se mudaram, venderam a fazenda com tudo. ‘O homem ali, tanto fazia’, pensava ele, ‘qualquer branco, sorrindo ou não, é sempre sinhô’.

Um dia, sem quê nem para quê, apareceu o menino, voltou já rapaz, homem feito. (...)

– Pai, vamos daqui, não é preciso nem falar pro sinhô da fazenda. Nessas andanças descobri coisas... Há muito que branco não é mais dono de negro. Nem vende Iya, a mãe, com os filhos, nem vender Ayaba, minha irmã, podiam. Tenho algum dinheiro, labutei fora, trabalhei madeira e vendi.

O homem velho e o homem moço foram a caminho (...) passaram a lavrar o que era de seu, pai e filho (EVARISTO, 2017, p. 33-34).

A autora aponta ainda para a permanência de resquícios do escravismo, destacando que um “zunzum se espalhou pela favela”, com a ocorrência da venda de uma filha por parte do próprio pai. Evaristo demonstra que aquilo ainda até poderia ser encarado como algo normal, tamanha as precariedades reinantes, mas que o fato só chamara a atenção, porque o comprador utilizara “dinheiro roubado” e a “polícia estava fazendo a sindicância” (EVARISTO, 2017, p. 38).

As odiosas relações entre proprietário e o escravo se estendiam às interações entre patrão e empregado, de modo que os negros continuam submetidos à repressão

e, alguns dentre eles, se prestam a promover as práticas coercitivas do chefe, lembrando os capitães de mato, muitos deles negros, que, à época da escravidão, caçavam e puniam os escravos fugitivos. Era mais uma recorrência quanto à permanência ao menos de resíduos das relações senhoriais. Uma das histórias contadas à menina Maria-Nova trazia tal perspectiva:

“Lembra, pai, como era tudo antes? Cada qual miseravelmente no seu canto de terra, cada qual retendo a sua sabedoria, cada qual sedimentando a sua ignorância, a sua pobreza, cada qual mais fraco e temendo o coronel Jovelino. E o coronel Jovelino falando grosso, seus capangas imitando a voz do patrão e mandando na gente como se donos fossem. Sabíamos que alguma coisa estava errada, que era preciso mudar. Ou a gente ou eles. Sabíamos também que os capangas dele eram gente nossa. Tínhamos comprovado que todos eles, antes de serem capangas do Coronel, eram nossos irmãos. Só quando estavam sob a proteção e a ordem do Coronel, passavam a nos desconhecer. O que acontecia? A voz gritada e fria do patrão, do senhor, mudava a voz do empregado? (EVARISTO, 2017, p. 55).

As várias formas de resistência à escravidão são também ressaltadas na obra de Conceição Evaristo. Dentre elas estão as revoltas escravas e tais condicionantes ficam expressos em outra história contada à Maria-Nova, na qual aparecia uma circunstância em que um escravo “sentiu-se enforcando o Coronel”, olhando no fundo dos olhos deste e lendo o medo. O escravo olhava “os irmãos ao lado” e “os que

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

ficaram lá fora e leu o ódio”, de maneira que bastaria “um gesto seu e poderiam mandar o Coronel e toda a sua família para o inferno”. Após tal ato, os escravos “entrariam na casa e tomariam de volta toda a sua riqueza que era de cada um deles, pois tudo aquilo que estava ali” havia sido “construído em cima da pobreza, da miséria de cada um”. Acerca das tantas desigualdades sociais, o negro escravo “olhou a casa do Coronel e leu a riqueza, a opulência, o desperdício, o ter muito de poucos e o não ter nada de muitos” (EVARISTO, 2017, p. 65-66).

Outra modalidade de resistência dos escravos, diante da opressão escravista, era a eliminação da própria vida, de modo a encerrar os sofrimentos, além de infringir uma espécie de revide ao senhor, que assim sofria em seus lucros, com a perda de uma de suas “mercadorias”. O suicídio é apresentado pela autora como uma continuidade em relação à contemporaneidade, e é a própria Maria-Nova que coloca tal ato como uma alternativa, só não executado pelo conforto da convivência com Vó Rita. Nesse sentido, a menina refletia que “mesmo que a qualquer hora ela decidisse tomar aquela dose de veneno, que estava escondida no fundo do guarda-roupa, sabia que não morreria sozinha” (EVARISTO, 2017, p. 70).

Ainda aparecia como prática de resistência das escravas em relação ao cativo a opção pelo aborto, evitando que sua prole também fosse entregue à escravidão. A continuidade de tal processo se dá já na favela do presente, na qual, em vista da pobreza, a mulher também busca o aborto, para que sua criança não tivesse de também sofrer com a miséria. Foi o caso da empregada doméstica Ditinha que, “quando se

descobriu grávida, tomou o diabo, bebeu chá de limão-capeta com vinagre, pulou, dançou, sambou”, mas não conseguiu abortar (EVARISTO, 2017, p. 102).

As precárias condições de vida dos escravos e dos favelados são mais uma vez comparadas, bem como a ação de senhores e ricos para promover o desentendimento em meio a escravos e a pobres, de maneira a melhor dominá-los. A narrativa se refere às “gerações inteiras” que “nasciam e cumpriam tempo de vida acostumadas à miséria, fazendo muitas da miséria, razão de vida”. O personagem Negro Alírio aparece no papel de buscar rupturas para com tal realidade, visando a esclarecer os demais “que os grandes, os fortes, os que estavam do lado de lá, queriam que todos os do lado de cá fossem realmente fracos, bêbados e famintos”; mas “o pior, eles queriam dirigir o nosso ódio contra nós mesmos, queriam que fôssemos inimigos” (EVARISTO, 2017, p. 141).

O aumento das rivalidades em meio à aproximação da concretização do projeto de destruir a favela, com a retomada do tema do incentivo aos ódios entre os pobres e, antes os escravos, promovido pelos ricos e senhores, fica expresso na narração de que, já no fim da existência da favela, “para muitos, para todos, talvez, o inimigo era aquele que estivesse mais próximo”, de maneira que “o ódio, a amargura, o desamparo que existia em todos tinham como válvula de escape o próprio irmão”. Nesse sentido, os favelados não reconheciam que estavam “no mesmo barco, no mesmo oceano de miséria”, pois “ali não havia comandante, o barco e todos nós estávamos à deriva” (EVARISTO, 2017, p. 152).

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

Uma prática de afastamento e restrições entre escravos e livres, no passado, similar àquela entre favelados e ricos, na contemporaneidade, tal qual ocorria, por exemplo, durante as manifestações carnavalescas do século XIX, é demonstrada no livro a partir das festas juninas, tão apreciadas pelos pobres, como um dos poucos e sazonais lenitivos para o sofrimento diário, eram bancadas pelos “ricos que moravam no bairro nobre bem ao lado da favela”, de modo que “os favelados não os importunassem”. O cuidado advinha do fato de que “havia outros bairros perto das favelas em que as casas eram constantemente arrombadas”. A autora explicava que havia praticamente “um acordo tácito entre os favelados e seus vizinhos ricos”. Nesse quadro, os ricos bancavam a “festa junina”, davam “as sobras de suas riquezas”, obtinham “oportunidades de trabalho para as mulheres”, além de conseguirem a tão necessária água; ao passo que os pobres evitariam roubar àqueles. Estabelecia-se assim uma “vida aparentemente tranquila”, pela qual “dois grupos tão diversos teciam uma política de boa vizinhança” (EVARISTO, 2017, p. 46-47).

A participação dos negros nos confrontos bélicos em que o Brasil se envolveu ao longo de sua história é também lembrada por Conceição Evaristo, recorrendo mais uma vez à oralidade de um dos ancestrais de Maria-Nova, o qual se referia à participação dos negros na Guerra do Paraguai. Assim como em outras guerras, caso da Revolução Farroupilha, houve a promessa nem sempre cumprida de libertação para os negros que pegassem em armas. O narrador falava de uma guerra na qual “os escravos participaram da peleja”, indo “com

a promessa de que, quando voltassem, ganhariam a liberdade”. Assim, “guerrear fora, havia a promessa de alforria”, mas “muitos negros morreram na época e os que voltaram puderam perceber que a conquista da liberdade pedia não somente a guerra”, da qual participaram, “mas uma luta muito particular, a deles contra a escravidão” (EVARISTO, 2017, p. 56).

Os castigos e humilhações impostos aos escravos eram outro componente da escravidão apontado pela escritora, bem como a fundamentação religiosa como atenuadora de seus sofrimentos. Nesse sentido, em outra história contada à Maria-Nova, havia a referência a um “velho, inútil para o trabalho, peso morto”, o qual permanecia sentado com uma “ferida exposta aos mosquitos, além do cheiro e da dor”. A narrativa falava ainda de um “Sinhô moço”, que pelo negro passava, fazendo “questão de chutar a ferida do velho”, o qual se restringia a gemer: “Ui, ui, ui... Sinhô moço!”. A vingança acabaria vindo por influências divinas, uma vez que, muitos anos depois, o rapaz viria a sofrer exatamente do mesmo mal, diante do que “os negros diziam que era castigo de Deus”, ficando “felizes porque tinham um Deus que se vingava por eles e que um dia lhes daria o reino do céu” (EVARISTO, 2017, p. 59).

Em *Becos da memória* aparece também as continuidades das relações escravistas no Brasil contemporâneo, no qual seguidamente surgem notícias de pessoas submetidas a relações degradantes de trabalho, pois, além de prestarem serviços, são submetidas a péssimas condições de existência e sua única chance de adquirir qualquer tipo de mercadoria, inclusive a comida, é junto do proprietário das terras, estabelecendo-se assim uma relação de dependência da

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

qual o trabalhador não mais consegue se libertar, em condição, se não completamente, análoga à escravidão. Essa circunstância se faz presente em outra história repassada à Maria-Nova, na qual os trabalhadores “plantavam e vendiam para o Coronel, não recebiam quase nada e gastavam tudo no armazém da fazenda” (EVARISTO, 2017, p. 68).

As manifestações culturais festivas como um alívio ao sofrimento também apareciam nas rememorações expressas pela autora. Tal qual os escravos usavam o carnaval para ao menos num momento do ano atenuar suas dores, Evaristo descreve uma festa na favela na qual “o samba, o som, a alegria voavam alto”, em ambiente no qual “era preciso cantar”, abrindo-se “a boca tão escancaradamente que se viam as falhas de dentes e os já apodrecidos”. Nesse quadro, “o hálito de cachaça vinha quente de dentro de alguns”, havendo “risos e sorrisos bonitos ali”, não que fossem “dentaduras alvas, certas e limpas que enfeitavam o riso”, mas o “sorriso-riso era bonito porque vinha de lá de dentro, vinha da inocência, da ilusão de estar sendo feliz”, pois “todos acreditavam que estavam sendo felizes” (EVARISTO, 2017, p. 72).

Como os escravos que escolhiam seu rei de congo e mesclavam suas religiões originais com o catolicismo, promovendo romarias, as festas religiosas e o sincretismo cultural também constituem temas do livro na referência à “caixa de congada do Tio Totó”, que também possuía “a ‘coroa de rei’, que ele usava nas festas de congada”, nas quais “vestia roupas vistosas, bonitas”. A narrativa descreve que “todas as festas acabavam sempre na capelinha que os participantes do congo haviam construído em honra de Nossa Senhora

do Rosário”, com a mobilização da comunidade no deslocamento do andor, nos enfeites e nas rezas. Já bem próximo do fim da favela, a menina Maria-Nova imagina que a caixa de congada voltara a tocar diante do que “ela apurou os ouvidos” e “o batuque vinha de fora e de dentro dela”, ou seja, “vinha de suas raízes, vinha do seu recôndito eu” (EVARISTO, 2017, p. 174-175).

Na obra de Conceição Evaristo ficam demarcadas ainda as continuidades – abertas ou subliminares – dos preconceitos raciais em relação aos negros. Por exemplo, no encontro entre dois personagens, Dora e Negro Alírio, ele explica seu apelido e ela se mostra feliz, demonstrando que gostara “de ouvir a palavra negro pronunciada por um negro, pois o termo negro, ela só ouvia na voz de branco, e só para xingar”, com expressões como “negro safado, negro filho da puta, negro baderneiro e tantos defeitos mais” (EVARISTO, 2017, p. 95).

As tantas visões racistas da formação histórica brasileira, com suas raízes no processo da escravidão, apareciam também nas apreciações quanto à aparência, num quadro pelo qual a beleza seria associada ao branco e a feiura ao negro. Tal versão se estabelece na passagem em que a empregada doméstica Ditinha, negra e favelada que se sente “tão feia” e “detestava” o próprio cabelo, em alusão à expressão “cabelo ruim”, largamente utilizada no Brasil para expressar o cabelo crespo. Ditinha se compara com a patroa, rica, descrevendo a chefe, D. Laura, como “bonita, muito alta, loira, com os olhos da cor daquela pedra das joias”, que era verde. E, ao mesmo tempo, reflete sobre si mesma, sentindo-se “mais feia ainda” diante da beldade da outra, baixando os olhos, “envergonhada de si mesma”. Mais adiante, a

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

mesma Ditinha acaba por roubar uma joia da patroa e arrepende-se amargamente, pensando em devolvê-la, mas tem muita vergonha, já que “julgava a patroa tão limpa” e “ela tão suja e, agora, ainda por cima, ladra” (EVARISTO, 2017, p. 99, 100-101 e 119).

Ainda quanto a essa aproximação entre aparência e preconceito, há uma outra ocorrência no segmento da narrativa que se refere à presença de candidatos a eleições na favela, com casos em que “as mulheres e as crianças ficavam votando de brincadeira nos candidatos que elas achavam de rosto mais bonito”. Nesse contexto, “um dia, apareceu um candidato negro” e “espalhou também seus papeizinhos”, mas “poucos escutavam o que o homem tinha a dizer”, acreditando “que ele não ganharia nunca”, pois “parecia ser pobre como nós” e, além disso, “no concurso de beleza, obteve poucos votos” (EVARISTO, 2017, p. 117).

As continuidades da escravidão se traduzem mais uma vez em outra história narrada à Maria-Nova, a qual revelava a permanência das mazelas e preconceitos que atingiam os negros. Segundo a narrativa, durante um longo período de tempo, “nossa gente não tem conseguido quase nada”, ou seja, “todos aqueles que morreram sem se realizar, todos os negros escravizados de ontem, os supostamente livres de hoje”, viriam a se libertar apenas a partir das realizações dos seus irmãos no presente. Mas, ainda assim, “os gemidos estão sempre presentes”, de maneira que seria “preciso ter os ouvidos, os olhos e o coração abertos” (EVARISTO, 2017, p. 111).

As precárias condições de existência dos escravos, com uma alimentação limitada apenas à necessidade de mantê-los com forças para o trabalho,

também era reproduzidas no presente dos favelados. Tal incursão se dá na descrição breve sobre um açougueiro que se instala na favela e direciona aos empregados as partes menos nobres da carne, como “os sebos, os nervos, tudo que não se conseguia vender, e as carnes malcheirosas”. Desse modo, “se na panela faltassem o arroz e o feijão, havia a farofa feita com os retalhinhos de carne-sebo-gordura” (EVARISTO, 2017, p. 112).

Tais desigualdades sociais voltam a aparecer em outro trecho da narrativa na reflexão da personagem Dora, a qual “nunca havia pensado que os restos, que muitas vezes ganhava das patroas” constituíam “o excesso dos que tinham muito e que esta sobra era construída justo em cima da falta ou do pouco dos que nada tinham” (EVARISTO, 2017, p. 147).

A conexão temporal entre o passado e o presente, com a identificação da permanência da abissal desigualdade para com os negros é amplamente evidenciada no episódio em que Maria-Nova reflete e compara as vivências dos escravos e dos favelados, o longínquo e o próximo, temporalmente falando, mas intimamente ligados, quanto à continuidade das mazelas sociais. Nesse trecho, aparecem plenas interfaces na abordagem da memória e da história no texto literário:

“Na semana anterior, a matéria estudada em História fora a ‘Libertação dos escravos’. Maria-Nova escutou as palavras da professora e leu o texto do livro. A professora já estava acostumada com as perguntas e com as constatações da menina. Esperou. Ela permaneceu quieta e arredia. A mestra perguntou-lhe qual era o motivo de tamanho

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

alheamento naquele dia. Maria-Nova levantou-se dizendo que, sobre escravos e libertação, ela teria para contar muitas vidas. Que tomaria a aula toda e não sabia se era bem isso que a professora queria. Tinha para contar sobre uma senzala de que, hoje, seus moradores não estavam libertos, pois não tinham nenhuma condição de vida. (...) Eram muitas as histórias, nascidas de uma outra História que trazia vários fatos encadeados, consequentes, apesar de muitas vezes distantes no tempo e no espaço. (...)

Era uma História muito grande! Uma história viva que nascia das pessoas, do hoje, do agora. Era diferente de ler aquele texto. Assentou-se e, pela primeira vez, veio-lhe um pensamento: quem sabe escreveria esta história um dia? Quem sabe passaria para o papel o que estava escrito, cravado e gravado no seu corpo, na sua alma, na sua mente” (EVARISTO, 2017, p. 149-151).

O desfecho do livro se dá com a conclusão do desfavelamento e a retirada das últimas famílias. Maria-Nova, a protagonista, apesar de todas as adversidades, optara pela vida. Agasalhando-se nos braços da vida de Vó Rita, mesmo aceitando a presença da morte, personificada na Outra, a menina decide que iria viver, bem ao contrário da louca Cidinha-Cidoca, que acabara por “Morrer de não viver”. Perante tantos percalços, ela prefere continuar, encontrar um novo espaço e, se possível, através da escrita, uma nova vida na qual pudesse continuar testemunhando as memórias de seus antepassados e contemporâneos, fossem escravos, libertos ou favelados. Afinal, “um dia ela iria tudo

escrever” (EVARISTO, 2017, p. 160). Ao invés de sucumbir a todo o desespero, sua opção é pela perseverança.

Já próximo ao encerramento da obra, Maria-Nova reflete sobre uma possibilidade de mudança, de modo que algo se alterasse naquele quadro “das dores, dos sofrimentos, da fome, da miséria” e mesmo “dos preconceitos de que eles eram vítimas e que eles infligiam a si próprios e aos outros” e, fundamentalmente, deixassem de existir as diferenciações étnico-sociais, uma vez que “todos os homens: negros, brancos, azuis, amarelos, cor-de-rosa, descoloridos” tinham nascido do mesmo lugar (EVARISTO, 2017, p. 182 e 184). Além disso, a narrativa também traz a expectativa por transformações quanto ao fim das desigualdades, expressa no pensamento de Negro Alírio:

“Era só uma questão de tempo. Um dia, poderia ser hoje ou amanhã, todos os homens teriam os mesmos direitos. Tempo chegaria em que os homens todos se proclamariam e viveriam como irmãos” (EVARISTO, 2017, p. 154).

Desse modo, *Becos da memória* traz à tona fragmentos de uma memória nacional normalmente pouco apresentados, principalmente nas narrativas oficiais. Ela dá voz e vez aos desvalidos e desfavorecidos por condições sociais e étnicas, herdeiros de um passado escravocrata, cujas raízes persistem até a contemporaneidade. Tal qual um “narrador sucateiro”, a

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

autora “não tem por alvo recolher os grandes feitos”, buscando “muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer” (GAGNEBIN, 2009, p. 54).

A narrativa de Evaristo apresenta uma memória dos excluídos, muitas vezes também excluída das versões oficiais, implicando em verdadeira “falta de memória”, a qual equivale a uma espécie de “recalque”, pois permanece “pronta para voltar a atormentar um tecido social mal estabilizado e que ‘acreditava’ poder fazer uma economia de sua relação com o passado”. Avulta assim a relevância da obra em questão, já que “a memória baliza a história” dos encontros perdidos, inscrevendo “novas configurações, rearranjos das narrativas que as sociedades contam ou se contam sobre seu passado” (ROBIN, 2016, p. 37-38).

Trata-se dessa maneira de observar a relevância de tais memórias, verificando o teor das versões oficialistas, as quais muitas vezes incorrem em certos “abusos da memória”, praticando “desde a memória *impedida* até a memória *obrigada*, passando pela memória *manipulada*” (RICOUER, 2012, p. 83). Além disso, a memória deve “manter o passado ativo no *presente*”, de modo a “*apresentar, expor* o passado, seus fragmentos, ruínas e cicatrizes” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 57), surgindo a necessidade de “ler esse teor testemunhal”, de modo a aprender-se “que os sobreviventes necessitam de um interlocutor para seus testemunhos”, bem como se anuncia uma “sensibilidade para reler e escrever” a história, “do ponto de vista do testemunho”

(SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 77), condicionantes plenamente presentes no trabalho de Conceição Evaristo.

Por meio da memória coletiva, Evaristo dá vazão “às recordações familiares, às histórias locais, às recordações pessoais”, envolvendo todo um “vasto complexo de conhecimentos não oficiais, não institucionalizados, que ainda não se cristalizaram em tradições formais”, mas, ao mesmo tempo, “representam a consciência coletiva de grupos inteiros”. Nesse sentido, a escritora vai ao encontro da perspectiva de que a partir da memória social “cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”, de modo “que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2013, p. 436-437).

Através de *Becos da memória*, Conceição Evaristo traz essas tantas reminiscências da escravidão para mostrar as raízes históricas das desigualdades étnico-sociais sofridas pelos negros. Ao longo de sua vida até realizar a escritura de seu livro, a autora convive com épocas de transições no Brasil, notadamente o populismo, a ditadura militar e a redemocratização. Os anos decisivos da realização da obra em análise correspondem a um momento fundamental de tal contexto, com a decepção pelo fracasso da campanha pela eleição direta para a presidência da República, a volta do poder aos civis e, principalmente, a votação de uma nova constituição à época chamada de “cidadã”. Os escritos de Evaristo vêm ao encontro da reflexão acerca do lugar social dos negros nessa sociedade em transformação e sobre o quanto ainda pesavam as heranças da escravidão. Tantos becos a percorrer, tantas memórias para não esquecer, buscando trilhar um árduo

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

caminho em direção a algo na maioria das vezes negado, desde ao escravo até ao favelado – a conquista da cidadania.

Referências bibliográficas:

COSTA, Elisângela de Lana. Becos da memória e do esquecimento. In: *Scripta*, v. 18, n. 35, p. 67-86, 2º sem. 2014.

DELGADO, Gabriel Estides. Subcidadania e modernização desigual em *Becos da memória*, de Conceição Evaristo. In: *Anuário Literário*, v. 20, n. 1, p. 15-31, 2015.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. O mar ondulado da memória em Conceição Evaristo. In: *Via Atlântica*, n. 18, p. 15-27, dez. 2010.

_____. Posfácio: costurando uma colcha de memórias. In: EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. p. 191-198.

FRÓS, Sarah Silva; SANTOS, Silvana Maria Pantoja dos. Sexualidade e cor em *Becos da memória*, de Conceição Evaristo. In: *Interfaces científicas: Humanas e sociais*, v. 6, n. 2, p. 199-208, out. 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.

LANGA, Ângela de Fátima; SILVA, Denise Almeida. A ressignificação de favela em *Becos da memória*: da favelofobia ao beco-lar. In: *Revista Literatura em debate*, v. 9, n. 17, p. 80-95, dez. 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

MATTOS, Hebe Maria. Memórias do cativo: narrativas e etnotexto. In: *História Oral*, v. 8, n. 1, p. 43-60, jan.-jun. 2005.

MATTOS, Hebe. “Remanescentes das comunidades dos quilombos”: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. In: *Revista USP*, n. 68, p. 104-111, dez./fev. 2005-2006.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. “Escrevivências”: rastros biográficos em *Becos da memória*, de Conceição Evaristo. In: *Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários*, v. 17-B, p. 85-94, dez. 2009.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.

ROSITO, Valeria. Entre a história e a literatura, os *Becos das memórias* dos afrodescendentes. In: *Via Atlântica*, n. 12, p. 219-223, dez. 2007.

PRÁTICAS ESCRAVISTAS E ABOLIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E EM OUTROS ENSAIOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

SANTOS, Mirian Cristina dos. Problematicando o espaço privado em *Becos da Memória*, de Conceição Evaristo. In: *Todas as musas*, a. 7, n. 2, p. 127-139, jan.-jun. 2016.

SCHMIDT, Simone Pereira. Posfácio: a força das palavras, da memória e da narrativa. In: EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. p. 185-190.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

_____. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt
**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025

